

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – FACE
CURSO: PEDAGOGIA
FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA SÉRIES INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL – PROJETO PROFESSOR NOTA 10

ANDRÉIA SIMONE DE ANDRADE
DÉA ALVES DA SILVA
EDNA WANZELLER DE CARVALHO
ESTER MARIA SANTOS DE SOUSA
FÁTIMA GARDÊNIA FERREIRA G. DE MELO
LIGIA GOMES DE OLIVEIRA SANTIAGO

DINAMIZAÇÃO DE SALA DE LEITURA

BRASÍLIA, 2006

ANDRÉIA SIMONE DE ANDRADE
DÉA ALVES DA SILVA
EDNA WANZELLER DE CARVALHO
ESTER MARIA SANTOS DE SOUSA
FÁTIMA GARDÊNIA FERREIRA G. DE MELO
LIGIA GOMES DE OLIVEIRA SANTIAGO

DINAMIZAÇÃO DE SALA DE LEITURA

Trabalho apresentado ao Centro
Universitário de Brasília – UniCEUB
como parte das exigências para
conclusão do Curso de Pedagogia –
Formação de Professores para Séries
Iniciais do Ensino Fundamental –
Projeto Professor Nota 10.

Orientadora: Doutora em Educação Odiva Silva Xavier

Brasília, 2006

Dedicamos a Deus, as nossas famílias e aos professores e amigos pelo apoio na realização desse trabalho.

Agradecemos primeiramente a Deus, fonte de vida. Aos nossos familiares que nos apoiaram nos momentos mais difíceis dessa jornada. E aos nossos professores que nos incentivaram e serviram de inspiração na obtenção das respostas que procurávamos.

“Um país se faz com homens e livros.”

Monteiro Lobato

RESUMO

A literatura é essencial à educação, uma vez que ela permite uma experiência inigualável em que emoção e razão se misturam no prazer. Por essas razões, a presente pesquisa tem por objetivo principal refletir sobre a sala de leitura no contexto escolar, na perspectiva do desenvolvimento de competências e da integração da comunidade escolar. Por esse motivo é importante que a escola disponibilize um espaço privilegiado para promover e estimular momentos de leitura por parte dos alunos, a sala de leitura. Para composição da mesma foi adotado como metodologia na linha da pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico, onde procuramos confrontar a teoria com a prática. O questionário e a observação foram os instrumentos utilizados para coletas de dados. A análise dos dados coletados revelou que apenas 30% de dez escolas pesquisadas dispõem de professores que atuam em salas de leitura e desenvolvem projetos, a fim de promover e estimular a leitura entre os alunos. Conclui-se a partir da pesquisa que a educação não prioriza a formação de leitores, entretanto, é importante tomar iniciativas, apesar de ainda não haver uma cultura que extrapole a visão simplista de educação e de que a aprendizagem não ocorre apenas na sala de aula. É necessário repensar sobre o papel da biblioteca escolar, ampliando as possibilidades de trabalho em seu espaço, além de facilitar e promover o acesso de pais, alunos, professores e comunidade local, bem como envolvê-los nos projetos e organização da mesma.

Palavras-Chaves: Biblioteca Escolar; Leitura; Dinamização

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	07
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	
2.1. A BIBLIOTECA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO.....	10
2.2. A BIBLIOTECA NA LEGISLAÇÃO.....	20
3. OBJETIVOS	
3.1. OBJETIVO GERAL.....	24
3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	24
4. METODOLOGIA.....	25
5. ANÁLISE, ORGANIZAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	28
5.1. CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS E SEUS ESPAÇOS DE ATUAÇÃO...28	
5.2. A FUNÇÃO PEDAGÓGICA DAS ATIVIDADES LÚDICAS.....	30
5.3. A IMPORTÂNCIA DA LEITURA.....	32
5.4. A BIBLIOTECA NA ESCOLA.....	36
5.5. IMPORTÂNCIA DA SALA DE LEITURA.....	43
5.6. CAUSAS DA INATIVIDADE DAS SALAS DE LEITURA.....	50
6. PROPOSTAS DE DINAMIZAÇÃO DE SALA DE LEITURA.....	56
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS.....	60
APÊNDICE.....	63

1. INTRODUÇÃO

No cenário atual, marcado por um grande avanço nas áreas científicas e tecnológicas, pela maximização da importância da informação e da comunicação, e por novas preocupações com a organização do trabalho, são muitas, e invariavelmente distorcidas, as visões que se costuma ter de uma sala de leitura. Ora é lugar sagrado, onde se guardam objetos também sagrados, para desfrute de alguns eleitos, ora, sobre uma óptica menos romântica é apenas uma instituição burocratizada, que serve para consulta e pesquisa, assim como para armazenar bolor, cupins e traças. Para poucos, aqueles que a freqüentam assiduamente, ela constitui o local do encontro com prazer de ler, conhecer, informar-se.

As mudanças têm sido profundas e muito mais velozes, do que o ritmo de desenvolvimento da vida humana na Terra até cem anos atrás. Os meios de comunicação se aperfeiçoaram e continuam a se transformar em uma progressão cada vez mais vertiginosa, já que, em matéria de tecnologia, o novo torna-se obsoleto praticamente a toda hora. No terreno da leitura, as inovações audiovisuais, se assim se pode defini-las – parecem ameaçar o futuro do livro convencional.

No Brasil – como, em todos os chamados “países em via de desenvolvimento” - a questão não é apenas o quê se lê atualmente, mas quantos estão lendo. A pouca leitura pode ser efeito da concorrência com outros meios de comunicação, porém, entre nós, parece que ela é principalmente o reflexo de um sistema educacional que há várias décadas vem se deteriorando. Por isso costuma-se dizer que a invenção da imprensa gerou um número quase ilimitado de leitores, mas, sem planos e ações educacionais solidamente estruturados, ainda que se façam grandes esforços para reduzir o analfabetismo - e, no caso brasileiro, com reduzido resultado - ainda não se criou uma população leitora, nem, é óbvio, cidadãos conscientes e atuantes.

Conseqüência direta ou indireta desse quadro, na grande maioria das escolas brasileiras, quando há bibliotecas prevalece um sistema arcaico de utilização e aproveitamento do acervo e não apenas por indigência material.

Mesmo aquelas que podem se dar ao luxo de algum aparato tecnológico e de práticas mais modernas relutam em investir nos recursos humanos, deixando que alguns velhos cacoetes culturais perdurem. Por exemplo, o de improvisar um guardião que terá como missão, de fato, guardar o geralmente precário material bibliográfico. E o fará, geralmente também, com um zelo e uma rabugice de burocrata. Os leitores da assim chamada biblioteca - crianças e adolescentes, em sua maioria, irão freqüentá-la com igual despreparo e desinteresse, subtilizando sempre os possíveis recursos. E o contato prazeroso com a leitura - já de si tão problemático nestes tempos de cultura visual -, este sim, passa por metamorfose definitiva: ler se torna mais um entre os deveres escolares.

A situação da biblioteca escolar no Brasil, reflexo do contexto em que ela tem existência, qual seja, o da educação, portanto, não é grande surpresa a dificuldade em se obterem dados atualizados sobre essa situação. Quantas escolas de 1º a 4ª séries do Ensino Fundamental possuem bibliotecas? Qual é o porte de seus acervos? Quais dentre elas, têm profissionais especializados em seu comando? Quais as estratégias utilizadas na sua dinamização?

Essas são algumas indagações que este trabalho buscará responder, sem falar naquelas escolas em que centenas de alunos ficam sem materiais bibliográfico, leitura e de outras fontes de informação, além do próprio professor que terá que adquirir o seu próprio material didático. Além disso, educandos sem acesso a uma biblioteca em sua própria escola correm o risco de ficar à margem de um ensino democratizado e de qualidade, especialmente em relação à língua portuguesa.

Como não existe um órgão nacional que cuide diretamente de bibliotecas escolares, as questões relativas a elas têm que ser administradas pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. E mesmo estas não

dispõem, em sua maioria, de dados precisos e atuais sobre a situação das bibliotecas escolares.

Diante desse quadro, aliado às dificuldades para a realização de atividades pedagógicas que dinamizem a sala de leitura, verificou-se a necessidade de criar um projeto para investigar a importância da sala de leitura no contexto escolar, iniciando-se pela revisão da literatura e da legislação sobre o assunto, o que tornou viável a realização deste trabalho de conclusão de curso, que busca refletir sobre a sala de leitura no contexto escolar.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. A BIBLIOTECA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Nos primeiros tempos do Brasil colônia, a formação intelectual estava nas mãos da igreja, sendo que os primeiros colégios do Brasil foram fundados pelos jesuítas em São Vicente e em Salvador e as primeiras bibliotecas eram justamente desses colégios.

Segundo Nogueira (1986) os jesuítas que chegaram ao Brasil, preocupados em formar o acervo da biblioteca de seus colégios, tiveram a preocupação imediata de solicitar a Portugal documentos que pudessem compô-lo.

Sobre esse momento histórico Milanesi (1986) conclui que foram os jesuítas que constituíram as primeiras bibliotecas do Brasil, originadas no lugar onde eles apontavam suas armas para a conversão dos pagãos.

O acervo dessas bibliotecas era, portanto, dirigido à catequese e ao aprimoramento dos religiosos. As obras que constituíam os acervos gerenciados pela igreja eram litúrgicas ou tendiam a confirmar a interpretação dos fatos defendida por essa instituição. O acesso ao acervo era por vezes dificultado, chegando-se a proibir muitas vezes o acesso a obras não recomendadas. Há que salientar que a procura era mínima uma vez que a maioria da população era analfabeta, inclusive os colonos.

Milanesi (1986) ainda afirma que nos primeiros três séculos após a chegada dos colonizadores no Brasil, os jesuítas utilizavam os livros e bibliotecas como instrumentos para apresentar e propagar sua verdade de salvação eterna e de exploração terrena.

Entre o ensino e a realidade da colônia não havia nenhum tipo de vínculo ou compromisso. O primeiro - totalmente importado e com o objetivo maior de catequizar os índios e depois destinado a poucos filhos dos colonos sem preocupações profissionais – tinha como base o *Ratio studiorum* (um estatuto e um sistema que estabelecia o currículo, a orientação e a administração) que, de

acordo com Kosshiba & Pereira (1967) se dividia em duas fases, denominadas como inferior e superior. A primeira durava seis anos e procurava ensinar Retóricas, Humanidades e Gramáticas; a segunda, por sua vez, durava três anos e incluía em seu programa: Lógica Moral, Física, Matemática e Metafísica. Todas as disciplinas eram ensinadas em grego, latim e vernáculo.

Enquanto a educação era um instrumento elitista destinado apenas ao enriquecimento cultural da pequena classe abastada e a instrução de toda a população não era do interesse dos governantes, a biblioteca constituía, de acordo com um instrumento de luxo, muitas vezes sem função. Seu acervo era comprometido com o enriquecimento cultural do estudante de acordo com o que então era considerado como cultura, que por sua vez era talhada nos moldes europeus (importante ressaltar que muitos jovens viajavam para a Europa a fim de concluir os estudos. Os que ficavam se restringiam aos limites do ensino oferecido).

Milanesi (1986) afirma que essas bibliotecas permaneceram ativas até Pombal, que em 1759 foi responsável pela ruína e desarranjo da rede de ensino jesuítico, expulsando os padres do Brasil.

O estabelecimento da corte no Brasil acarretou mudanças no panorama cultural ligadas, principalmente, à necessidade de criação de instituições que garantissem a difusão de valores no sentido de estimular a obediência de todos ao governo recém-instalado no Brasil. Visava-se estabelecer uma forma de dominação, assegurando-se a continuidade do poder e tradição (KOSHIBA & PEREIRA, 1987). Iniciava-se na história do Brasil uma prática que mais tarde se tornaria comum: utilizar instituições culturais e principalmente a educação para exercer dominação.

Também o declínio do fervor religioso e o fim da unanimidade da crença religiosa, no fim do século XVIII, influenciaram a educação.

Depois da expulsão dos jesuítas, o acontecimento mais marcante foi nova política educacional, no bojo da independência (MILANESI, 1986). Com a independência política brasileira e alterações que abarcaram todo o ocidente e

influenciavam o Brasil (defendiam idéias de igualdade, fraternidade e liberdade), a educação começou a ser estendida a um corte maior da população brasileira, não o suficiente ou o ideal, mas uma pequena iniciativa de ampliação da assistência educacional à população brasileira (no exterior, principalmente nos Estados Unidos, ocorreu, no século XIX, o estabelecimento de escolas sobre uma base político-econômica, concentrado especialmente no período de 1835 a 1850. As reformas sugeridas ao ensino neste momento contavam entre outras com a proposta de escolas mais bem equipadas, bibliotecas escolares, currículo enriquecido, melhor preparação dos professores). D. Pedro I ao outorgar a constituição em 1823, garantiu a instrução primária gratuita a todos os cidadãos brasileiros. A partir de 1827 foram criadas as primeiras escolas primárias. (MILANESI, 1986).

Como resultado disso inicia-se no Brasil, na metade do século XIX, a discussão sobre a necessidade de bibliotecas apropriadas às escolas.

Segundo Válio (1990) a fundação das escolas normais foi a principal responsável pela criação de bibliotecas escolares, que foram surgindo até 1915 e só nas décadas de 30 e 40 começaram a se propagar nos ginásios estaduais, deixando de ser exclusividade das escolas normais.

Nesse sentido, o final do século XIX e o XX trouxeram importantes e definitivas alterações tanto comportamentais quanto conceituais que suscitaram reflexões à cerca do objeto educação, entendido como fato social. Estas reflexões originaram novas formas de se entender e se praticar o ensino.

Uma dessas formas foi posteriormente tida como tradicional. Durante a vigência do conceito tradicional de educação (não que tenhamos descartado a possibilidade que tal conceito ainda esteja sendo utilizado na prática diária de instituições de ensino), na qual só era valorizada a habilidade cumulativa e repetitiva do aluno, que, por sua vez, era tido como um recipiente vazio à espera do conteúdo, a biblioteca escolar era tida como um depósito de livros, cuja única função permitida era a de reproduzir a ação repressora e unilateral exercida em sala de aula.

De acordo com este conceito tradicional a prática de ensino se firmava apenas na figura do professor e do livro didático ou livro texto, como únicos transmissores de conhecimento, e onde a existência ou não da biblioteca escolar não fazia muita diferença. Esta prática de ensino acarretou à biblioteca escolar o abandono, falta de legitimação bem como falta de espaço e iniciativas que priorizassem seu bom e efetivo funcionamento.

Polke (1973) afirma que a ausência de bibliotecas ou a sua existência apenas com caráter ornamental, caracteriza um ensino tradicional, próprio da memorização ou repetição por parte dos alunos. A autora ainda revela que essa característica atribui à biblioteca escolar um aspecto de museu, levando o aluno a construir seu conceito do espaço baseado em características antigas e indesejáveis.

Na busca por resposta às exigências de uma sociedade essencialmente capitalista – para a qual apenas a formação e preparação do indivíduo com vistas à acumulação de conteúdos, função principal dos sistemas escolares do Estado, já não satisfazia – a educação começa a sofrer reestruturações e nova interpretação é dada à educação para cidadania. A educação passa a ter o dever fazer do indivíduo uma unidade social economicamente produtiva, e daí um cidadão valioso, o que confirma o conceito de Pimentel (1977), uma vez que a autora defende que as condições materiais da sociedade exercem forte influência no desenvolvimento social, e ainda atribui prioridade às exigências culturais que cada sociedade precisa ter para alcançar essas condições materiais.

A confirmar esta tendência, nas décadas do grande desenvolvimento econômico brasileiro a educação formal se viu diante de um grande desafio que era preparar o educando para exercer sua função produtiva em seu contexto capitalista.

Durante a vigência deste conceito utilitarista da educação, manifestado, no Brasil, principalmente no período da ditadura militar, esta assumiu uma tendência chamada industrial e foi considerada como instrumento para formação de mão-de-obra.

Nesta concepção, a função da escola é preparar o indivíduo para a sociedade reconhecendo que a eficiência econômica é uma das condições essenciais de boa cidadania.

Portanto, teoricamente o indivíduo além de ter sua formação como cidadão, sua educação também estaria voltada para sua futura ocupação no mercado de trabalho. Era o início de preocupação com a formação do trabalho qualificado e de indivíduos economicamente produtivos. Neste período a educação se viu um pouco despojada de suas características humanistas para ser encarnada por objetivos capitalistas de desenvolvimento.

Segundo Santos (1989) nas décadas de 60 e 70 a biblioteca escolar teve suas características básicas alteradas, sendo considerada como um lugar pouco atraente, os livros chatos e sem interesse.

Logo que esta concepção deu sinais de incapacidades em lidar com as mudanças pelas qual a sociedade começou a ser assolada, novas interpretações (importante ressaltar o plural presente na expressão “novas interpretações” uma vez que denota o sentido diversificado de se abordar e respeitar a própria diversificação social) sobre o educando, suas necessidades educacionais e sobre as prerrogativas de um mundo “pós moderno” foram surgindo e sendo incorporadas ao ensino. Chegaram à escola preocupações com o desenvolvimento pessoal do educando, sua liberdade, sua contínua aprendizagem, respeito a sua identidade, ao ritmo próprio e individualidade, diversificação de ensino, convívio de diferentes culturas, extensão do ensino para além da sala de aula, também chegou às bibliotecas escolares novas preocupações no sentido de poder colaborar e assumir um real posicionamento diante do ensino.

O progresso científico e tecnológico deu razões cada vez mais fortes para as mudanças no ensino e o ensino pressionou, mais diretamente, mudanças de conceituação e de funcionamento das bibliotecas escolares. (OLIVEIRA, 1972). A possibilidade de utilização de uma gama muito maior e variada de recursos educativos trouxe novas demandas à educação, que já não pode estar centrada em um único e limitado espaço.

A substituição, na educação, do paradigma behaviorista da aprendizagem pelo paradigma cognitivista permitiu novas perspectivas para o ensino que então se libertava das garras dos princípios do ensino programado. Miranda (1997) evidencia essa mudança quando esclarece que o aluno deixou de ser considerado um mero espectador do processo ensino-aprendizagem, e passou a ser um agente ativo, processador de informação, que passa a construir seu conhecimento a partir da interação com o meio, lançando mão de dois processos complementares: assimilação e acomodação.

Com a evolução desse antigo conceito sobre ensino, a educação é redimensionada e a ultrapassa as barreiras de simples transmissoras de conhecimento. Uma nova concepção de educação pautada por sua vez no atual estágio da sociedade que a chamada sociedade da informação onde a velocidade e o volume das informações postas à disposição do cidadão alcançaram um índice impressionante e jamais vistos na história da humanidade; exige a formação de um cidadão que não só domine conhecimentos e detenha habilidades, mas que seja flexível, crítico, atento às mudanças, conscientes de seus direitos e deveres, além de ser capaz de reagir de modo eficaz à velocidade com a qual estão ocorrendo às mudanças.

O sujeito não pode ser tratado somente como um assimilador de um número cada vez maior de informações, mas principalmente como um consciente selecionador, capaz de escolher dentre o que está disponível, aquilo que lhe é realmente relevante. Capacidade que se forma principalmente através da prática, do contato com fontes diversificadas de informação, exercitando habilidades de leitura, pesquisa e seleção.

Utilização da biblioteca é de grande importância para a democratização da educação, considerada em suas formas de permanência e decorrência. Seu enfoque deve estar dirigido tanto para a massa de estudantes regulares quanto para a população adulta visada pelas várias formas de ensino e motivada pelas alternativas de desenvolvimento econômico. (DISTRITO FEDERAL. SEDF, 1978. P. 65.).

De acordo com essa concepção educacional o ensino se fundamenta na auto atividade do aluno, provocado em sua natural curiosidade, motivado por

sua experiência pessoal levado agradavelmente a procurar – e a encontrar – por si mesmo o mundo maravilhoso da cultura (CARVALHO, 1972).

Milanesi (1986) acredita que para tornar o aluno um criador de discursos, deixando de ser um mero ouvinte, é importante estimular a prática da leitura, ampliando as possibilidades da biblioteca escolar, incentivando e facilitando o acesso às informações e, principalmente, promovendo a discussão constantemente. De acordo com o autor, para que isso ocorra é necessário que haja uma transformação na escola, que vai desde o cenário das salas de aula, até a atuação do professor, o qual deve deixar de ser transferidor de conteúdo, e passar a ser um mediador do conhecimento.

Desse modo a escola não mais se sedimentaria como único local onde o aprendizado se efetua, relativizando também o papel da sala de aula enquanto único espaço dentro da escola a permitir o aprendizado e do professor como único transmissor, agente ativo e único do processo educativo.

Ao contrário, essa forma consolida a posição do professor como agente facilitador do processo, orientador, auxiliar na busca de caminho (ANTUNES, 1986) e privilegia não só a existência da biblioteca escolar como um espaço necessário na escola com ampla possibilidade e capacidade de desenvolver a leitura e a aprendizagem, mas seu uso, como experiência essencial no processo educacional.

É assim que a biblioteca – ampliando sua linha de ação, colaborando com o professor, desenvolvendo certas habilidades de pesquisa, incentivando habilidades de leitura, etc. – se integrará não só à escola, mas à exigência de uma educação formal que vem convivendo com mudanças significativas.

Polke (1973) defende que a biblioteca escolar não deve restringir sua função educativa ao ensino de sua utilização, bem como seu uso pelos estudantes. Para a autora, a aliança entre professores e bibliotecários pode dar origem a programas que ampliam o papel educativo da biblioteca, entre eles pode-se destacar a motivação para o estudo de unidades e exemplares diversos,

fixação da aprendizagem, revisão e aprofundamento de estudos independentes, entre outros.

Concepções pedagógicas que alteram o status educacional e ressaltaram a figura do aluno no processo de ensino-aprendizagem levaram a outra compreensão sobre a importância da biblioteca na vida escolar e de uma maneira mais significativa na própria constituição do ensino impulsionaram e impulsionam modificações nessa biblioteca.

Engelhardt (apud OLIVEIRA, 1972) enumera o que seriam causas de modificação, quer espacial, quer intrínseca, quanto ao uso da biblioteca, dizendo que:

- a) O método de apresentação da matéria em conceitos diferenciados, substituindo o livro básico – se as unidades completas de estudo não cabem mais dentro de um simples livro texto, novos recursos de consulta têm de ser mobilizados; então a biblioteca cresce para receber mais leitores e cresce em recursos de fontes de consulta para atender às necessidades de desenvolvimento dos temas;
- b) Desde que se conclui que a aprendizagem é um produto de inquirições e que as inquirições e buscas exigem fontes de consulta, o movimento da biblioteca cresce para trabalhos individuais e de pequenos grupos;
- c) O estudo independente e as pesquisas propriamente ditas como método de ensino-aprendizagem exige também, da biblioteca, espaço e novas técnicas de ação no atendimento;
- d) A biblioteca não é mais, simplesmente, um lugar onde se guardam livros, é um setor de atividades, em que aos livros em movimento, se associam todos os recursos plurisensoriais.

Somente uma escola que opere enquanto um centro de informação educativo integrado à escola e à disposição de professores, alunos e funcionários estaria adaptada às exigências das novas e profundas alterações que o mundo vem sofrendo neste século.

Douglas (1971) reconhece que há três décadas, a cartilha era o único recurso utilizado pelo professor. Hoje, felizmente, os educadores têm a possibilidade de facilitar o processo de construção do conhecimento a partir do uso de vários meios, inclusive a biblioteca, que desempenha papel cada vez mais importante, porque, além de enriquecer todas as disciplinas, também oferece elementos para sanar e estimular todos os graus de dificuldade. A autora ainda atribui um importante valor pedagógico à biblioteca escolar, como espaço para que o professor prepare seu planejamento, suas lições, abrangendo conteúdos e metodologias que extrapolem o livro didático, estimulando a pesquisa e a leitura no desenvolvimento do trabalho pessoal.

De acordo com a posição da autora poderíamos recuperar a importância da biblioteca num novo conceito de educação que se impõe juntamente com uma nova fase do desenvolvimento social.

Cerdeira (1977) ainda reforça o valor da biblioteca escolar quando defende que as mesmas podem desempenhar um papel de muito maior relevância do que aquele que normalmente têm tido no desenvolvimento e na disponibilidade de oportunidades mais flexíveis de educação. Ela pode ser considerada como um importante suporte aos currículos, permitindo uma aquisição personalizada do conhecimento, de acordo com as motivações de cada aluno.

Desse modo, mais que não se pode duvidar que as bibliotecas escolares constituam parte importante da administração escolar e da pedagogia moderna (CARVALHO, 1972), passamos a conviver com discursos que defendem a premissa: melhoria das bibliotecas escolares é ponto estratégico para a melhoria na qualidade do ensino. Idéia que já era defendida pela professora Maria Martha de Carvalho em 1982, para a qual a biblioteca deveria ser vista como suporte para a melhoria do ensino, ou seja, elemento essencial para atingir a qualidade de ensino desejada (TARAPANOFF, 1982) e significando ainda, para Queiroz (1985), que boa parcela dos alunos se libertaria do limitado espaço do livro texto. Segundo PEREIRA et al (1991), um sistema ativo de bibliotecas escolares contribui para o desenvolvimento e melhoria do processo ensino-

aprendizagem. Ao ser assumida como instrumento de apoio no desenvolvimento das atividades curriculares, facilita o alcance de metas educacionais, motivando, dessa maneira, o interesse do aluno e do professor pelos vários tipos de informação, estimulando, conseqüentemente, o hábito do uso da biblioteca por meio de um processo contínuo.

Entretanto, Válio (1990) questiona essa efetivação dessa função da biblioteca escolar, uma vez que esta premissa permaneceria ainda na dimensão do discurso apenas. Para o autor, o conceito de biblioteca vem progredindo e ganhando mais espaço nos eventos que discutem a educação, o currículo e a leitura. E mesmo relacionando o uso da biblioteca com a melhoria da educação, ainda há uma enorme distância entre os discursos e a prática observada nas escolas.

Ou seja, mesmo que alguns autores insistam em tratar a biblioteca escolar como presença indispensável à qualidade de ensino oferecido pela escola, sabe-se que em vários casos o processo de ensino-aprendizagem não é interrompido pela falta da biblioteca. Escolas continuam funcionando e o ensino continua sendo realizado, mesmo com a ausência ou precário funcionamento das bibliotecas escolares. Resta, em muitos casos, especulações a cerca da maneira como vem ou poderia estar sendo processado este ensino.

Se antes o ensino apresentava um caráter rígido, onde o professor era a autoridade detentora de todo saber (o qual seus alunos desejariam e necessitariam possuir para o bem de suas vidas), com a evolução do campo educacional esta idéia vai sendo gradualmente alterada e a biblioteca escolar assume outro contorno.

Se numa prática educacional pautada principalmente no ensino, a importância e necessidade da biblioteca ficavam encobertas, uma prática voltada ao diálogo e à descoberta, enfatizando as necessidades individuais, acaba por exigir uma boa biblioteca e a participação desta prática educacional.

Daí a importância das concepções educacionais defendidas pela proposta político-pedagógica da Escola Plural e conseqüentemente a importância da biblioteca para esta.

Ao se excluir práticas conservadoras de ensino, baseadas apenas em preleção – como é a proposta da Escola Plural – em prol da adoção de uma prática que privilegie o “aprender a aprender” e a formação de um cidadão crítico e ativo, amplia-se conseqüentemente a necessidade da colaboração da biblioteca escolar e de re-significação no processo educativo.

2.2. A BIBLIOTECA NA LEGISLAÇÃO

O Manifesto da Federação Internacional das Associações de Bibliotecários e de Bibliotecas, sobre Biblioteca Escolar, aprovado pela UNESCO na Conferência Geral em novembro de 1999, publicado pelo Ministério da Educação de Portugal, Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares, vê a Biblioteca Escolar no contexto do ensino-aprendizagem para todos, proporcionando informações e idéias fundamentais para sermos bem sucedidos na sociedade atual, baseada na informação e no conhecimento. A biblioteca escolar desenvolve nos alunos competências para a aprendizagem ao longo da vida e estimula a imaginação, permitindo-lhes tornarem-se responsáveis.

Como missão à biblioteca escolar deve disponibilizar serviços de aprendizagem, livros e recursos que permitem a todos os membros da comunidade escolar tornarem-se pensadores críticos e utilizadores efetivos da informação em todos os suportes e meios de comunicação. As bibliotecas escolares articulam-se com as redes de informação e de bibliotecas de acordo com os princípios do Manifesto da Biblioteca Pública da UNESCO.

A equipe da biblioteca apóia a utilização de livros e outras fontes de informação, desde obras de ficção a obras de referência, impressas ou eletrônicas, presenciais ou remotas. Estes recursos complementam e enriquecem os manuais escolares e os materiais e metodologias de ensino.

De acordo com o documento, está comprovado que quando os bibliotecários e os professores trabalham em conjunto, os alunos atingem níveis mais elevados de literalismo, de leitura, de aprendizagem, de resolução de problemas e competências no domínio das tecnologias de informação e comunicação. As bibliotecas escolares devem disponibilizar os seus serviços de igual modo a todos os membros da comunidade escolar, independentemente da idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua e estatuto profissional ou social. Aos utilizadores que, por qualquer razão, não possam utilizar os serviços e materiais comuns da biblioteca, devem ser disponibilizados serviços e materiais específicos.

O acesso aos serviços e fundos documentais deve orientar-se pela Declaração Universal dos Direitos e Liberdades do Homem, aprovada pelas Nações Unidas, e não deverá ser sujeito a nenhuma forma de censura ideológica, política ou religiosa ou a pressões comerciais.

Sobre o financiamento, legislação e redes a biblioteca escolar é essencial a qualquer estratégia a longo prazo nos domínios do literalismo, educação, informação e desenvolvimento económico, social e cultural. Sendo da responsabilidade das autoridades locais, regionais ou nacionais, a biblioteca escolar deve ser apoiada por legislação e políticas específicas. As bibliotecas escolares devem ter meios financeiros suficientes para assegurar a existência de pessoal com formação, documentos, tecnologias e equipamentos e ser de utilização gratuita.

Segundo o Ministério da Educação, o hábito da leitura vem sendo incentivado desde 1997, favorecendo o acesso à cultura junto aos alunos, professores e a comunidade em geral mediante a execução do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). O referido programa consiste na aquisição e na distribuição de obras de literatura brasileira e estrangeira, infanto-juvenil, de pesquisa, de referência além de outros materiais de apoio a professores e alunos, como atlas, globos e mapas. O programa atua sob a execução do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), sendo gerido com recursos financeiros originários do Orçamento Geral da União e da arrecadação do salário-educação.

Desde 2005, a Secretaria de Educação Básica SEB/MEC priorizou o incentivo à leitura a partir do atendimento aos alunos nas escolas, por meio da ampliação de acervos das bibliotecas escolares. Foram beneficiadas cerca de 136 mil escolas públicas brasileiras com as séries iniciais do ensino fundamental, 1ª a 4ª série, com pelo menos um acervo composto de 20 títulos diferentes. As escolas cadastradas no Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC) puderam escolher entre 15 acervos, com 20 títulos cada, todos compostos de obras de diferentes níveis de dificuldade, de forma que os alunos leitores tenham acesso a textos com autonomia de leitura e outros para serem lidos com a mediação dos professores.

O Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE, desde 1998 já distribuiu mais de 270 milhões de livros pelas escolas de Ensino Fundamental do país. Em 1998, distribuiu acervos variados, com obras literárias, de referência, de pesquisa e materiais de apoio, beneficiando alunos das séries finais do ensino fundamental de 20 mil escolas públicas brasileiras. Em 1999, foi priorizado o atendimento aos alunos das séries iniciais de 36 mil escolas públicas, com a distribuição de acervos literários infanto-juvenis. Segue no quadro o resumo da distribuição dos anos seguintes.

PROGRAMA/ANO	DISTRIBUIÇÃO	QUANTIDADE	VALORES EM R\$
PNBE/98 (Acervos)	1999	20.000	17.447.760,00
PNBE/99 (Acervos)	2000	36.000	23.422.678,99
PNBE/2000 (Obras)	2001	577.400	15.179.101,00
PNBE/2001 (Coleções)	2002	12.184.787	50.302.864,88
PNBE/2002 (Coleções)	2003	4.216.576	19.523.388,68
PNBE/2003 (Coleções)	2003	8.169.082	36.208.019,30
PNBE/2003 (Acervos - Casa da Leitura)	2004	41.608	6.246.212,00
PNBE/2003 (Acervos - Biblioteca Escolar)	2004	22.219	44.619.529,00
PNBE/2003 (Obras - Para Professores)	2004	1.448.475	13.769.873,00
PNBE/2005 (Acervos)	2005/2006	5.575.160	47.273.736,61
TOTAL DO PERÍODO	-	-	273.993.163,46

Fonte: MEC/INEP

A avaliação e a seleção das obras são realizadas por um colegiado, instituído anualmente, por portaria ministerial, com representantes do Conselho

Nacional de Secretários da Educação – CONSED, da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME, do Programa Nacional de Incentivo à Leitura - PROLER, de intelectuais e de técnicos e especialistas na área de leitura, literatura e educação do Ministério da Educação e de universidades.

Nesse sentido, a biblioteca escolar passa a ser um parceiro essencial das redes local, regional e nacional de bibliotecas e de informação. Sempre que a biblioteca escolar partilhar equipamentos e/ou recursos com outro tipo de biblioteca, designadamente com a biblioteca pública, os objetivos específicos da biblioteca escolar devem ser reconhecidos e salvaguardados.

3. OBJETIVOS

3.1. OBJETIVO GERAL

Refletir sobre a sala de leitura no contexto escolar, na perspectiva do desenvolvimento de competências e da integração da comunidade escolar.

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar a importância da biblioteca ou sala de leitura em escolas de séries iniciais do Ensino Fundamental;
- Pesquisar o que prevê a legislação acerca de salas de leitura;
- Descobrir formas de dinamizar a sala de leitura;
- Identificar causas de inatividade das salas de leitura, em escola do DF;
- Apresentar sugestões de dinamização de sala de leitura.

4. METODOLOGIA

Para cumprir os objetivos propostos neste trabalho, esta pesquisa iniciou-se por meio de uma revisão bibliográfica, que implicou: seleção, leitura e análise de textos relevantes sobre o tema do projeto. Duas abordagens facilitaram essa etapa. A primeira delas intitula-se leitura eficiente e apresenta fundamentalmente maneiras de abordar textos que ajudam a encontrar as informações requeridas. A segunda abordagem, denominada de leitura analítica, possibilita uma análise compreensiva do texto, facilitando o resumo e a interpretação de forma sistemática e, portanto, constitui-se num método rigoroso e útil para a etapa da revisão da literatura, não só porque facilita a leitura, mas também porque facilita a compreensão e o processo de redação do projeto. De acordo com Roesch (1999, p. 106):

A revisão da literatura não é uma etapa com início e fim. O que geralmente acontece é que de início se levanta e se relata numa série de textos com relação ao tema do projeto, mas dificilmente todos eles serão úteis para o projeto final. O processo de filtragem é natural, já que é muito difícil prever o rumo que o projeto vai tomar. Assim, à medida que novas idéias vão surgindo e o projeto vai sendo redirecionado, novos textos vão sendo acrescentados. As opções normalmente giram em termos de focalizar ou expandir os conteúdos.

Diante dessas considerações, o trabalho levantou dados na linha da pesquisa qualitativa, por meio de um questionário além da pesquisa de cunho bibliográfico nos moldes apresentados acima. Para a realização da pesquisa foi realizado um levantamento inicial em várias bibliotecas, entre elas a da Universidade de Brasília – UnB e do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB e algumas escolas públicas.

A busca de informações para a produção da análise textual também ocorreu em periódicos, que tratam do assunto, em revistas especializadas, além de pesquisas realizadas na Internet, com o objetivo de acrescentar e enriquecer o estudo nesse campo de conhecimento, procurando principalmente incluir informações atuais, sem, contudo deixar de abordar fatos do passado que contribuíram para a evolução do conhecimento sobre a temática.

Uma investigação começa com o enunciado do problema, o levantamento de questões e a definição de objetivos que irão determinar a seleção dos instrumentos que deverão ser utilizados. O investigador não deve conhecer e dominar apenas uma técnica – por exemplo, os questionários – e aplicá-la a qualquer problema. Cada instrumento é adequado para coletar determinados tipos de dados e, em alguns casos, o investigador pode empregar mais de um instrumento para coletar as informações que lhe permitam encontrar a solução do problema. O importante é que o investigador saiba, que classe de dados pode-lhe propiciar cada uma dessas técnicas, quais são suas vantagens e limitações, as premissas em que se fundamenta seu emprego e o grau de validade, objetividade e confiabilidade que possui. Por outro lado, o investigador deve procurar desenvolver habilidades para a construção, o uso e a manutenção de tais instrumentos, bem como para a interpretação dos dados que estes produzem.

No caso dessa pesquisa empírica, neste trabalho foi utilizado, para a coleta de dados, um questionário com questões abertas e fechadas, com a finalidade de averiguar fatos relacionados às práticas vigentes em escolas do DF sobre o assunto, bem como atitudes e opiniões das pessoas que trabalham em sala de leitura nessas escolas. O questionário proporcionou ao entrevistado, com base nos seus próprios marcos de referência, a expressão de suas motivações, atitudes e sentimentos, nos quais fundamentam suas ações.

Selecionamos dez escolas públicas do Distrito Federal, que oferecem de Educação Infantil à Ensino Fundamental (1^a à 4^a série), portanto, Escolas Classes, a fim de identificar professores que atuam em sala de leitura e que já desenvolveram ou ainda desenvolvem algum projeto voltado para o espaço. As escolas foram selecionadas a partir do conhecimento prévio das professoras pesquisadoras, ou seja, escolas que já eram conhecidas por elas, seja por uma atuação anterior, seja pela proximidade da residência ou da escola atual, seja por indicação de algum colega professor.

Coletados, os dados, eles foram computados, sistematizados, analisados e interpretados a luz das teorias estudadas a partir da pesquisa bibliográfica.

Foi assim, com esses procedimentos que se obteve uma melhor compreensão da temática, para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, esperando que seus resultados possam contribuir com as escolas do GDF ou outras escolas que desejam manter salas de leitura mais atuantes.

5. ANÁLISE, ORGANIZAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

5.1. CARACTERIZAÇÃO DOS UJEITOS E SEUS ESPAÇOS DE ATUAÇÃO

Durante a pesquisa e busca por escolas em que as salas de leitura desenvolviam projetos e, portanto, funcionavam efetivamente, identificamos várias delas que não dispõem de nenhum professor ou qualquer outra pessoa que seja responsável pela sala de leitura, ou seja, fica a critério do professor regente usá-la ou não, sem qualquer apoio ou orientação.

Outro aspecto importante observado é o fato de que a maioria dos professores que atuam em salas de leitura trata-se de profissionais afastados de suas atividades principais, ou seja, são professores readaptados por motivo de saúde. Outra minoria se refere a professores que cumprem apenas carga horária de 20 horas semanais e fica a disposição da escola. Nesse caso, além de trabalhar apenas 20 horas, estas não ficam exclusivamente disponíveis para a sala de leitura. O profissional atende a outras necessidades da escola, entre elas a substituição de professores que, porventura, estejam de licença ou de abono.

Das dez escolas públicas pesquisadas, apenas três apresentaram professores que desenvolvem projetos voltados para sala de leitura, conforme questionários em anexo. Observa-se que os três projetos identificados são voltados para sala de leitura, mas assumem linhas de trabalho diferentes.

Os questionários revelaram também que todos os professores que atuam nas salas de leitura pesquisadas são readaptados e possuem formação superior, sendo que um apresenta curso de especialização em Psicopedagogia.

Um dos projetos desenvolvidos é voltado para a organização da sala de leitura, “A Sala de Leitura Vive”, a fim de promover o acesso dos alunos aos livros, uma vez que a professora, quando assumiu a sala de leitura, a encontrou extremamente desorganizada, sem qualquer programa de empréstimos de livros para os alunos. Segundo a professora, os resultados foram positivos, uma vez que foi possível perceber que os alunos mostram-se atualmente mais

interessados pela leitura. Entretanto, a mesma professora revela que só teve o apoio da coordenadora da escola para a efetivação do seu projeto, sendo ignorado pela direção. Mas felizmente os alunos, peças fundamentais nesse projeto, participaram com entusiasmo do mesmo.

Outro projeto identificado entre as escolas pesquisadas foi o “Conte um Conto”, desenvolvido por uma professora que tem formação em Letras e que a partir de sua paixão pela literatura, planejou e executou um projeto voltado para o estímulo à leitura. Trata-se de atividades semanais, quando essa professora recebe os alunos de cada turma, uma vez por semana, e apresenta a história de algum livro, fazendo uso de recursos diversificados: filme, cartazes, fantoches, dedoches, fantasias, dramatizações, música entre outros.

A professora revela que os alunos ficam ansiosos pelo dia em que sua turma irá para sala de leitura. É importante ressaltar que, como se trata de uma profissional readaptada, ela não tem mais o dever de realizar atividades em que ela atue diretamente com os alunos. No entanto, a mesma se disponibilizou não apenas a assumir a sala de leitura, mas também de realizar um trabalho diferenciado. Para isso contou com o apoio da direção que prontamente disponibiliza até hoje todos os materiais pedagógicos necessários e de alguns colegas professores da escola, que constantemente contribuem com sugestões e participações especiais nas apresentações.

O terceiro projeto desenvolvido em uma das escolas pesquisadas se refere a um projeto de empreendimento, “Ídolos Escritores”, uma vez que todos os professores e alunos estão envolvidos. O objetivo do projeto é divulgar algumas obras dos principais escritores infantis, entre eles Ziraldo e Maurício de Souza. O projeto também contempla músicas de Toquinho e Vinícius de Moraes. As atividades são mensalmente socializadas a partir de apresentações realizadas pela turma, que trabalha um livro, música, gibi ou história durante o mês e planeja uma apresentação para as demais turmas. É importante destacar que a biografia dos autores também é trabalhada. Todos os professores se empenham para a realização das atividades. Entretanto, a iniciativa partiu da professora que atua na sala de leitura da escola e foi abraçada pelos demais colegas.

Segundo esta professora, após o início das atividades do projeto, foi possível perceber que houve um grande desenvolvimento cultural e cognitivo dos alunos, refletindo positivamente inclusive em suas produções de textos, uma vez que eles vêm apresentando um vocabulário mais rico.

No que se refere especificamente às salas de leitura das escolas onde atuam as professoras pesquisadas, observou-se que as mesmas mantinham uma organização satisfatória. Em duas, das três bibliotecas visitadas, os livros estavam organizados e separados por série. Em outra, a separação era feita por disciplina. Todas disponibilizam um programa de empréstimo de livros para os alunos, sendo que duas oferecem o livro de acordo com a procura do aluno, enquanto que na outra, o empréstimo dos livros faz parte do projeto desenvolvido pela professora que atua na sala de leitura, portanto, é realizado semanalmente.

Outro aspecto importante é o fato de que todas as professoras pesquisadas admitiram que receberam as bibliotecas totalmente desorganizadas e o processo de restabelecimento e funcionamento da sala de leitura foi demorado e necessitou da colaboração de todos os segmentos da escola, seja no que se refere à ajuda efetiva na organização dos livros, seja na doação de exemplares feita a partir de campanhas promovidas pela escola e/ou gincanas.

5.2. A FUNÇÃO PEDAGÓGICA DAS ATIVIDADES LÚDICAS

É comum ouvirmos que brincadeiras e jogos não têm nenhuma significação dentro da escola, a não ser em atividades de Educação Física. Essa opinião, entretanto, está ultrapassada por fazer parte da pedagogia tradicional onde o lúdico era excluído de qualquer atividade educativa.

Percebe-se claramente que existe uma restrição ao lúdico, e isso se deve ao fato de que muitas pessoas desconhecem qual o seu verdadeiro sentido dentro da educação.

Snyders (2001, p.38), analisando o pensamento de Alain, cita:

A criança ficar-vos-á reconhecida pelo fato de a terdes esforçado e não apenas repetido: mais tarde compreenderá tudo o que fiz por ti. Não é agora, neste próprio momento, que o esforço difícil, a tensão, vai culminar na alegria de compreender... A criança não é apenas um ser de capricho e dispersão, mas quer entrar vivamente no jogo, mesmo se não puder lá chegar senão com o auxílio externo. Ela gosta do difícil das vitórias penosas, ainda quando se deixa arrastar pelo fácil, pelo divertido, pelo engraçado. Podemos acreditar na seriedade da criança que aspira à grandeza, num anseio que o adulto tem a certeza de poder manter ainda, o estado de homem é belo para aquele que atinge com todas as forças da infância.

Ao referir-se à “intervenção do professor” na prática da pedagogia tradicional, Snyders não quer dizer que deve haver rigidez absoluta, insistência no pavor, no medo, no sacrifício, muito menos no livresco, no gratuito desprovido de significação, mas no equilíbrio entre o esforço, a busca, a disciplina com o prazer e a satisfação.

Conduzir a criança à busca, ao domínio de um conhecimento mais abstrato misturando habitualmente uma parcela de trabalho (esforço) com uma boa dose de brincadeira, transformaria o trabalho, aprendizado, num jogo bem sucedido, momento este em que a criança pode mergulhar plenamente sem se dar conta disso.

É preciso compreender claramente que o trabalho escolar deve ser mais que um jogo e menos que um trabalho (restrito). É um equilíbrio entre esforço e o prazer, instrução e diversão, educação e vida, um divertimento, um desafio a ser aproveitado em todo momento em que o aluno se encontra na escola que estará próximo do trabalho (produção, elaboração, esforço, busca, descoberta do conhecimento).

É comum observarmos a discrepância entre o trabalho-jogo numa sociedade marcada pela reprodução e pelo domínio de classes. Enquanto para uma classe social privilegiada de conhecimento fornecido pela escola caracteriza com muito jogo (condições normais e naturais de aprender), a classe menos favorecida o trabalho-jogo torna-se tão distante da realidade que leva os alunos ao desprazer, ao penoso, conseqüentemente ao fracasso, ao abandono e à reprovação em massa. Nesta análise podemos observar quanto à escola, os professores, o sistema de ensino, o pedagógico estão longe da realidade das crianças, principalmente das mais pobres, que desesperadamente buscam a

escola (lugar de alegria e prazer) para viver os bons momentos de suas vidas e ali mesmo são massacradas e assassinadas... Tudo em nome da seriedade, da qualidade, da preservação e da manutenção do sistema de poder e dominação... O que se caracteriza como qualidade de ensino para as crianças filhas de pais escolarizados para os pobres significa sobrevivência.

É preciso, sem dúvida, reencontrar caminhos novos para a prática pedagógica escolar, uma espécie de libertação, de desafio, uma luz na escuridão... A educação através do lúdico pode ser uma ótima alternativa.

5.3. A IMPORTÂNCIA DA LEITURA

Consultando os dicionários acha-se a seguinte definição: “Ler, (v.t.): Ver o que está escrito, proferindo ou não, mas conhecendo as respectivas palavras; conhecer, interpretar por meio da leitura; decifrar, interpretar o sentido de; adivinhar; predizer; t-rel. explicar; prelecionar; int. ver e interpretar o que está escrito”, o que nos leva logo a pensar só na capacidade de interpretar palavras escrita. E é isso que a grande maioria de pessoas tanto distante da escola, quanto próximas (docente, discente, pais de alunos e funcionários da escola) pensa.

Na verdade LER é progredir, é aprender: é desvendar o mundo, recriá-lo, colher os frutos da imaginação, da criação e da perpetuação. Todos devem ter o direito a uma leitura que satisfaça o espírito, que vá além da mera recepção, mera aquisição de conhecimento e do “mero mecanismo da escrita”. Trabalhar com a linguagem é uma forma de interagir e de interação. Trabalhar com a linguagem é, sem dúvida, envolver-se com o homem, é promover a individualidade e sua relação com o outro e o seu meio, estabelecendo um conceito global do mundo.

A leitura pode ter vários sentidos como: na escola significa o aprender a ler e escrever, em termos acadêmicos as várias formas de compreender um texto, a leitura também pode ser uma ideologia ou uma atribuição de sentido, entre outras definições.

Ler é saber compreender, interpretar, e essa interpretação não é única, depende de cada pessoa, de seu contexto de vida, de sociedade, de trabalho, de família, de época, etc. Como há a existência de várias compreensões de um texto, o professor não pode recriminar um aluno por uma “compreensão errada” (ou seja, uma compreensão que não era a esperada pelo professor), pois o pensamento dele não é errado e sim diferente, o que vale é que ele teve uma compreensão, o importante é que ele realmente leu e pensou alguma coisa sobre essa leitura.

A leitura nada mais é do que uma forma de absorver a cultura, pois ela tanto pode ser feita assistindo a uma peça, quanto a um pagode ou a leitura de um livro. Ou seja, a leitura, vista de um aspecto mais amplo e completo, traz a cultura, e há a necessidade de se conhecer a cultura, para haver a realidade da escolha; não há preferência se não há o conhecimento da opção.

Os livros estão aí para serem compreendidos e para serem lidos por pessoas que realmente queiram, que o coração sinta necessidade e não para que fiquem comentando, resumindo, fazendo provas. O importante é fazer com que os leitores se sintam livres. A leitura é para ser realizada com prazer e não como um dever (em sentido negativo) ou de obrigação por isso à necessidade de dinamizarmos a sala de leitura. Deve-se ler o que quiser e não o que intelectuais responsáveis acham produtivo ou útil. O leitor deve deixar-se seduzir, ora por um assunto, ora por outro, ora pelo preço, ora pelo título ou capa do livro, ou até pela representação gráfica ou interesse do momento. O gosto se forma pela opção; a formação do leitor se dá a partir do momento em que ele tem liberdade de escolha e não seja obrigado a ler. Liberdade, opção e prazer aparecem como valores relacionados à subjetividade do leitor. Deve-se estimular o diálogo em torno da leitura realizada e não “aprisionar” a literatura, como se ela fosse materialmente didática. Apesar disso, se é questionável o uso de encartes, fichas e avaliações. Ana Maria Machado (apud PRADO & CONDINI, p.178) disse, em relação à ficha de leitura:

Já fui muito contra essa ficha (quando ela vem nos livros) e sei que, hoje, ela é muito criticada. Eu preferiria que ela não existisse, mas reconheço sua importância no Brasil, sobretudo no caso da professora

do interior, sem recursos e despreparada. Para ela, a ficha dá um mínimo de orientação.

Ler qualquer coisa que se goste é prazer sentido, e o prazer do livro lido é guardado, só quem leu sabe o que sentiu e o que viveu no momento da leitura prazerosa. O verdadeiro sentido da leitura está no que ela proporciona ao leitor e no que o leitor descobre com ela. A cada livro lido é uma nova descoberta que se faz, é uma nova sensação sentida. Ao ler se aprende coisas novas. Com um livro na mão as pessoas podem viajar sonhar, aprender, conhecer gente e lugares interessantes, idéias fascinantes, desbravando, questionado, maravilhando-se. Além disso, o leitor busca no livro alguém ou algo com que se identifique, e quando encontrar uma dessas coisas com mais vontade lê o livro. Cada leitor, a partir da sua experiência e conhecimento do mundo, interage com o universo textual, desencadeia estratégias várias para elaborar sentidos, confirma e controla pela leitura a justeza das estratégias que utilizou. Depois é que o texto os carrega e os envolve de tal maneira que logo uma sensação boa os cobre de prazer. No início é só se entregar ao prazer da leitura, a leitura em si, não pedir nada em troca, sem perguntar, sem julgar. Aos poucos a curiosidade vai surgindo e as perguntas vão aparecendo.

Ler ajuda a falar, a escrever e a viver melhor. A leitura serve para enriquecer o léxico, colabora na melhor compreensão da cultura em geral e das artes em particular; fomenta a fantasia, acentua a visão crítica, desenvolve o gosto estético, motiva para outros saberes. Ler implica uma técnica. É uma aptidão, mas também uma arte. O seu encanto não se extingue com os anos, mas aumenta e, se é verdade que o pensamento e a linguagem se desenvolvem juntos, e na medida em que esse desenvolvimento facilita a regulação da conduta, a leitura e a escrita podem ser uma escola de civismo, de tolerância, de participação, de compromisso com a natureza, com o patrimônio cultural e, fundamentalmente, com uma vida melhor.

A finalidade da leitura é ajudar na formação da identidade das pessoas e enriquecer a sensibilidade humana. A leitura é algo que forma, deforma ou transforma pessoas. A leitura acorda os homens para realidade impossível, desperta no ser humano a capacidade crítica, mostra o mundo insosso e

ordinário, induz à loucura, desloca o homem do humilde lugar que lhe fora destinado no corpo social.

A leitura faz-nos descobrir outro mundo, entrar na realidade através da ficção ou vice-versa. Ela é um trabalho de imaginação. Os neurônios funcionam em sintonia com a letra impressa; completam, enriquecem completam e fantasiam as simples histórias, dando emoção às leituras. Dessa maneira, a leitura preenche todos os desejos, desenvolve a independência do espírito. A leitura pode atuar como libertadora e despertar o homem da ignorância. A criança que lê acaba se tornando um adulto curioso e inconformado com os problemas existentes no mundo, pois sabe que tudo pode ser de outra maneira. É lendo que o ser humano estimula a imaginação e esta pode o levar além do que lhe é devido, pode gerar a invenção, a sensação de prazer por meio do conhecimento.

A leitura também inclui a própria percepção do mundo e as diferentes formas de compreender os ambientes; assim, podemos ler qualquer manifestação da natureza ou os testemunhos do ser humano, que ambos podem se encontrar no livro, como forma de registro. Ler pode gerar indivíduos mais conscientes de seus direitos e com desejos próprios, capazes de quererem modificações e ser diferentes uns dos outros com pensamentos e raciocínios próprios, capazes de quererem modificações e serem diferentes uns dos outros com pensamentos e raciocínios próprios.

Dessa maneira vai se conquistando o poder. Aprender a ler é uma questão de desenvolvimento e, por isso, quanto mais lemos, melhor lemos, porque mais palavras e seus valores se reconhecem mais pistas contextuais sabemos usar, mais relações podem estabelecer, em suma, porque mais sabemos.

Segundo Bamberger (2000) o ato de ler desenvolve potencialidades intelectuais e espirituais, contribuindo para o indivíduo aprender e progredir.

A leitura é tão importante que quase desde o início das civilizações, quem detinha a palavra, ou a capacidade de comunicação era quem detinha o poder, e até hoje continua assim, o governo não quer que o povo saiba realmente

ler, ele quer pessoas alfabetizadas de letras, para não ser categorizado como país subdesenvolvido, mas quer analfabetas de compreensão, para poder continuar no poder.

A leitura ajuda no desenvolvimento da linguagem e da personalidade, e é trabalhando com a linguagem que se trabalha com o homem. À medida que lemos, desenvolvemos o intelecto e isso nos faz querer estabelecer uma comunicação, afinal o ser humano sente necessidades de partilhar suas experiências e algumas delas estão intimamente relacionadas com algo que leu. Além disso, a leitura promove a comunicação das dores, alegrias e tantos outros sentimentos; ela faz com que o ser humano se identifique com os outros e se torne verdadeiramente humanizado, e é a herança cultural um dos maiores tesouros do homem, pois todo conhecimento, guardado nos livros e outras obras, é o que dá aos seres humanos a verdadeira dimensão de humanidade, é o que diferencia de qualquer outro ser vivo e propicia a condição de participar do processo civilizador. Assim quanto mais pessoas adquirem o conhecimento pela leitura, mais este deixa de ser monopólio de uma minoria. Os livros podem nos ajudar a aprofundar uma noção que temos sobre um determinado assunto, promovendo a pesquisa por conta própria, num contato direto entre leitor e leitura.

Lendo, leitores aprendem a resumir; a contar histórias, dramatizando-as; a comentar; criticar; a escrever sobre o que leram. Muitas vezes uma linha escrita, de repente, se transforma em uma página ou em um texto cheio de simplicidade e sabedoria.

Ler é saber ver, enxergar o mundo com todas as suas belezas e mistérios, é querer cada vez mais desvendá-lo, é deixá-lo mais bonito ainda, querer crescer para o mundo também crescer...

5.4. A BIBLIOTECA NA ESCOLA

Quando se fala em sala de leitura há que se pensar também no processamento da relação escola - sala de leitura personificada nas figuras do

professor e do profissional que atua na sala de leitura, embora nem sempre possui qualificação/ formação específica.

Sem dúvidas, potencialmente, a sala de leitura poderia assumir as funções de laboratório da aprendizagem e de centro de informação educativo das quais muitos autores falam e que modernamente se espera dela, mas isto não significa que o seja realmente. Para que isso aconteça é imprescindível melhorar a exploração do aspecto interativo entre esta e a escola e, conseqüentemente, o professor.

Esta relação influenciará se não definir, a atuação da sala de leitura escolar e a percepção que se constrói dela. É dessa relação que poderá nascer uma biblioteca engajada e integrada com a prática de ensino da escola. Unidas essas duas forças têm mais chances de abarcar recursos, mobilizar novos e antigos usuários, incentivando o uso, ampliar e dinamizar a ação da sala de leitura e finalmente garantir a melhoria da qualidade de ensino.

Douglas (1971) reconhece a importância do papel do professor no sucesso de uma biblioteca na escola primária, bem como a contribuição da biblioteca para o garantir a qualidade da ação pedagógica do professor. Esse, por sua vez, deve incluir atividades realizadas na biblioteca em seu planejamento diário.

Negrão (1987) ainda reforça afirmando que, quando a biblioteca interage de modo harmonioso com o corpo docente e os alunos, faz surgir inúmeras possibilidades de trabalho, cooperando na construção de várias atitudes positivas, entre elas o hábito de utilizar informação, o de pesquisa, além de estimular o gosto pela leitura.

Interpretando o que dizem esses autores, se não existir um relacionamento satisfatório entre professor e o profissional que atua na sala de leitura a atuação da mesma estará comprometida uma vez que é justamente o entrosamento bibliotecário–professor que vai determinar a qualidade de educação do indivíduo nas próximas décadas (SILVA, 1997).

Desses olhares foram coletados alguns depoimentos e considerações.

Entre os quais tem-se Tarapanoff (1982) em cujo trecho o relacionamento professor–biblioteca é considerado como básico para o funcionamento adequado da biblioteca. Em sua dissertação Queiroz (1985) conclui que os professores, de modo geral concordam em que a biblioteca escolar é necessária, embora alguns não a vejam como um instrumento de apoio ao seu programa de ensino.

Para Amato & Garcia (1989) é evidente a necessidade de entrosamento entre professores, bibliotecários e/ ou responsáveis para que se realize um trabalho de cooperação e participação, visando à melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Silva (1989) ainda completa, afirmando que sem a participação ativa e constante dos professores, a dinamização da biblioteca escolar dificilmente acontecerá na prática, uma vez que eles são responsáveis pelo planejamento do ensino.

Em outra ocasião Silva (1991) reafirma a necessidade de integração da biblioteca com a escola, segundo o autor, compete a um ou mais bibliotecários, em conjunto com o corpo docente e discente, organizar e dinamizar a biblioteca, estabelecendo o elo com as necessidades da comunidade. O autor acredita o sucesso do funcionamento da biblioteca escolar fica comprometido, se não houver esse entrosamento e empenho de todos os segmentos sociais que compõem a escola.

Entretanto, se essa integração é tão necessária, raras são as situações em que realmente é processada. Na maioria dos casos parece haver um abismo separando a sala de leitura da escola. O não reconhecimento da biblioteca como algo de suma importância no contexto escolar e do responsável como um agente educador, leva a um distanciamento crescente e à confirmação da não necessidade de integrá-los ao exercício educacional.

Para Douglas (1971) é o professor que assume o principal papel nessa ligação entre a biblioteca escolar e o aluno, principalmente na escola primária, uma vez que, nessa fase, o adulto é o exemplo máximo para a criança, que ainda

se encontra em fase de formação. A autora sugere que o professor use a biblioteca para suas leituras e pesquisas, a fim de estimular e encorajar seus alunos a imitá-lo, estimulando desde cedo o hábito de pesquisa e leitura.

O professor muitas vezes sobrecarregado de tarefas opta pelo confinamento, acomoda-se e evita procurar outras possibilidades para enriquecer sua prática e sua performance em sala de aula. Convencido de que não poderia encontrar nada de muito interessante numa biblioteca escolar que o auxiliasse realmente ele distancia-se desta.

O distanciamento do professor é analisado como altamente comprometedor para o espaço da biblioteca na rotina da escola. Segundo Santos (1989) a biblioteca ainda não foi assumida como instrumento pedagógico, uma vez que não foi dada a atenção necessária. O autor ainda denuncia que existem alguns professores que nunca põs os pés na biblioteca de sua escola, tampouco acompanhou seus alunos, aproveitando o tempo que eles ficam na biblioteca para tomar um café ou fazer outra atividade.

O não entendimento ou não integração entre o profissional da biblioteca e o professor cria um conflito que dilui, muitas vezes, a função educativa da sala de leitura alienando-a do contexto pedagógico da escola.

Não se pode alienar a sala de leitura do processo educativo, sem prejuízo para todos os interessados: o professor, que perde um grande aliado em termos de apoio técnico-pedagógico; o responsável, que vê seus esforços se perderem no vácuo das 'impossibilidades' e, principalmente, os alunos que deixam de ter um grande instrumento de auxílio nas tarefas escolares e enriquecimento cultural na ampliação de seus horizontes e na formação de uma visão crítica. A biblioteca escolar deve existir como horizontes e na formação de uma visão crítica. A sala de leitura deve existir como órgão de ação dinamizadora e não cair na passividade que, às vezes, nos leva a não efetuar um trabalho difusor de informações por não nos sentirmos estimulados e respaldados por aqueles que seriam, em primeira instância, beneficiados pelo trabalho da sala de leitura.

Segundo Antunes (1987), o professor, e especialmente aquele que assume as primeiras séries do primeiro grau, não desenvolve na sua formação, o hábito de freqüência à biblioteca.

Esta posição que é corroborada pela fala da professora Maria Martha de Carvalho, para a qual não existem nem mesmo unidades físicas de biblioteca, quanto mais integração escola–biblioteca (TARAPANOFF, 1982), o que envolveria principalmente professores e bibliotecários. Este fato explicaria o desconhecimento por parte dos professores, das possibilidades e dos recursos da sala de leitura, os quais poderiam ser utilizados no desenvolvimento das atividades de ensino-aprendizagem. Este desconhecimento é declarado por Silva (1997) em sua pesquisa e reafirmado pela pouca freqüência das professoras à biblioteca da escola, durante o período em que foi efetuada sua observação.

Também para Silva (1991), os professores não conhecem os acervos existentes nas bibliotecas e nem orientam os alunos no que tange ao uso objetivo dos seus serviços.

Esta é uma questão que incomoda muito e instiga quanto às suas causas. Há quem remonte estas à formação do professor e defenda, assim, a necessidade de reformulação dos currículos responsáveis pela formação do profissional do magistério, incluindo nestes o conhecimento e tratamento necessário para o uso da sala de leitura, permitindo quem sabe que tais profissionais descubram as possibilidades que uma sala de leitura pode oferecer quando é bem utilizada. O professor deveria ser formado de acordo com o conceito de escola renovada e com vistas a uma prática de ensino que melhor se relacione com as exigências de um mundo moderno repleto de informações e de suportes que acondicionam estas. Neste contexto o professor já não pode agir como se fosse o único a deter o conhecimento, uma vez que a humanidade alcançou um grau bastante elevado de acúmulo deste, e muito menos o único instrumento a transmitir conhecimento.

Outro ponto que se une à questão da formação do profissional do magistério é a sua intimidade com uma sala de leitura, assumindo o papel de usuário desta. Papel que parece ter sido esquecido por algumas concepções que

admitem a sala de leitura como espaço a ser utilizado somente por alunos e, portanto, sua função principal estaria em desenvolver o hábito de leitura nestes.

Para que se possa contar não somente com uma integração entre professor/ bibliotecário, mas com a participação efetiva do professor, na difícil tarefa de dinamizar a biblioteca escolar, é preciso que se garanta que tanto o seu planejamento quanto sua atuação também estejam voltadas para o professor no papel de usuário. A sala de leitura precisa atingir sua comunidade da qual o professor faz parte.

Para que a escola tenha o desenvolvimento desejado e necessário à utilização de recursos que facilitem a integração e dinamização do processo ensino aprendizagem e entre os recursos existentes, destaca-se a sala de leitura, instrumento indispensável como apoio didático pedagógico e cultural, e também elemento de ligação entre docente e discente na realização das leituras e pesquisas. Segundo Kleiman (1989, p.151-152):

Ensinar a ler e criar uma atitude de expectativa previa com relação ao conteúdo referencial do texto, isto é, mostrar a criança que quanto mais ela previr o conteúdo, maior será sua compreensão, e ensinar a criança a se auto-avaliar constantemente durante o processo para detectar quando perder o fio, e ensinar a utilização de múltiplas fontes de conhecimento – lingüística, discursiva, enciclopédicas – para resolverem falhas momentâneas num processo; e ensinar, antes de tudo, que o texto é significativo, e que as seqüências discretas nele contidas só tem valor na medida em que elas dão suporte ao significado global.

Além da função social de facilitador no processo de ensino-aprendizagem, Pereira & Freire (1997) ressalta o papel do professor como mediador na transferência da informação, e por esse motivo, um profissional que precisa constantemente buscar o conhecimento para ampliar seu processo de desenvolvimento pessoal e social.

Ribeiro (1994, p.61) afirma que:

A sala de leitura possibilita acesso à literatura e as informações para dar respostas e suscita perguntas aos educandos, configurando uma instituição cuja tarefa centra-se na formação não só do educando como também de apoio informacional ao pessoal docente. Para atender essas premissas a sala de leitura precisa ser trabalhada como um espaço democrático onde interajam alunos, professores e informação. Esse espaço democrático pode estar circunscrito a duas funções: a função educativa e a função cultural do indivíduo.

Castrillon (apud Mayrink, 1991, p.304) apresenta um conceito abrangente de biblioteca escolar:

É uma instituição do sistema social que organiza materiais bibliográficos, audiovisuais e outros meios e os coloca a disposição de uma comunidade educacional. Constitui parte integral do sistema educacional de seus objetivos, metas e fins. A sala de leitura é um instrumento de desenvolvimento do currículo e permite o fomento da leitura e a formação de uma atividade científica; constitui um elemento que forma o indivíduo para a aprendizagem permanente; estimula a criatividade, a comunicação, facilita a recreação, apóia os docentes em sua capacitação e lhes oferece a informação necessária para a tomada de decisões em aula. Trabalha também com os pais de família e com os outros agentes da comunidade.

A sala de leitura é um centro ativo da aprendizagem. Deve ser vista como núcleo ligado ao esforço pedagógico dos professores e não como apêndice das escolas. A sala de leitura deve trabalhar com professores e alunos e não apenas para eles. Mas na grande maioria das vezes segundo Sanches Neto (1998) a sala de leitura é encarada como anexo da escola, quando na verdade, ela deveria ser a sua alma.

É necessária a presença de um orientador escolar, capaz de atuar como agente mediador, um profissional consciente de sua função de educador, com experiência didática e criativa, que saiba manter um bom relacionamento com o corpo docente e que esteja preparado para oferecer programas de treinamento em pesquisas bibliográficas e incentivo a leitura, através da hora do conto para crianças no ensino fundamental.

Ler e contar histórias é uma forma de desenvolver o gosto pela fantasia, incentivando aspectos que dizem respeito ao seu potencial criativo.

O MEC informa em sua página disponível na Internet que:

Em 2006, serão atendidas 46.700 escolas, com aproximadamente 14 milhões de alunos matriculados nas séries finais do ensino fundamental. Devido à recente ampliação deste nível de ensino para nove anos, serão consideradas as escolas com turmas do sexto ao nono ano (ou seja, 5ª a 8ª série do sistema anterior), todas cadastradas no Censo Escolar realizado pelo Inep/MEC. O número de livros a ser recebido por cada escola vai depender do número de alunos matriculados. As escolas com até 150 alunos receberão um acervo com 75 títulos, enquanto as com 151 a 300 receberão um acervo de 150 e as que têm mais de 300 ficarão com 225 títulos, dos mais variados gêneros literários: poesia, conto, crônica, teatro, romance, biografias e histórias em quadrinhos,

especialmente adaptações ao público jovem de obras clássicas da literatura universal.

Sabe-se que cada contribuição, por menor que seja, representa esforço para uma cidadania responsável. O Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE vem se modificando e se adequando à realidade e às necessidades educacionais, procurando priorizar o estímulo à leitura e o acesso à cultura.

5.5. IMPORTÂNCIA DA SALA DE LEITURA

Os objetivos da biblioteca escolar são parte integrante do processo educativo.

De acordo com O Ministério da Educação, os objetivos seguintes são essenciais ao desenvolvimento da literatura, das competências de informação, do ensino-aprendizagem e da cultura e correspondem a serviços básicos da biblioteca escolar:

- apoiar e promover os objetivos educativos definidos de acordo com as finalidades e currículo da escola;
- criar e manter nas crianças o hábito e o prazer da leitura, da aprendizagem e da utilização das bibliotecas ao longo da vida;
- proporcionar oportunidades de utilização e produção de informação que possibilitem a aquisição de conhecimentos, a compreensão, o desenvolvimento da imaginação e o lazer;
- apoiar os alunos na aprendizagem e na prática de competências de avaliação e utilização da informação, independentemente da natureza e do suporte, tendo em conta as formas de comunicação no seio da comunidade;
- providenciar acesso aos recursos locais, regionais, nacionais e globais e às oportunidades que confrontem os alunos com idéias, experiências e opiniões diversificadas;

- organizar atividades que favoreçam a consciência e a sensibilização para as questões de ordem cultural e social;
- trabalhar com alunos, professores, órgãos de gestão e pais de modo a cumprir a missão da escola;
- defender a idéia de que a liberdade intelectual e o acesso à informação são essenciais à construção de uma cidadania efetiva e responsável e à participação na democracia;
- promover a leitura, os recursos e serviços da biblioteca escolar junto da comunidade escolar e fora dela.

A biblioteca escolar cumpre estas funções desenvolvendo políticas e serviços, selecionando e adquirindo recursos, proporcionando acesso material e intelectual a fontes de informação apropriadas, disponibilizando equipamentos e dispondo de pessoal qualificado.

O bibliotecário escolar é o elemento do corpo docente, qualificado, responsável pelo planejamento e gestão da biblioteca escolar. É apoiado por uma equipe tão adequada quanto possível, trabalhando em conjunto com todos os membros da comunidade escolar e em ligação com a biblioteca pública e outras.

O papel dos bibliotecários escolares varia consoante o orçamento, o currículo e as metodologias de ensino das escolas, de acordo com o quadro legal e financeiro nacional. Dependendo do contexto, existem áreas gerais nas quais é muito importante que os bibliotecários escolares possuam conhecimentos para poderem assegurar um funcionamento eficaz dos serviços: a gestão de recursos, a gestão de bibliotecas e de informação e a pedagogia.

Num meio cada vez mais dominado pelas redes de informação, os bibliotecários escolares devem possuir competências para planear e ensinar diferentes técnicas no tratamento da informação, tanto a professores como a alunos. Devem, por conseguinte, prosseguir a sua formação e desenvolvimento profissional.

Dentro do funcionamento e gestão alguns critérios devem ser seguidos para garantir a eficácia e avaliação dos serviços da biblioteca escolar, tais como:

- A política de serviços da biblioteca escolar deve ser formulada de modo a definir objetivos, prioridades e serviços em articulação com o currículo escolar;
- A biblioteca escolar deve ser organizada e gerida de acordo com padrões profissionais;
- Os serviços devem ser acessíveis a todos os membros da comunidade escolar e funcionar no contexto da comunidade local;
- A biblioteca escolar deve promover a cooperação com os professores, a direção das escolas, as entidades responsáveis, os pais, outros bibliotecários e profissionais de informação e as associações locais.

Longe de constituir mero depósito de livros, a sala de leitura deve ser tratada como um centro ativo de aprendizagem. Nunca deve ser vista como mero apêndice das unidades escolares, mas como núcleo ligado ao pedagógico. A sala de leitura trabalha com os educadores e não apenas para eles ou deles isolados. Integrada à comunidade escolar, a sala de leitura proporciona ao seu público uma convivência harmoniosa com o mundo das idéias e da informação. O fato é que, a maioria das pessoas desconhece o verdadeiro papel de uma sala de leitura e em suas vidas e, portanto, na vida da comunidade. E esta afirmação se aplica tanto aos usuários potenciais quanto aqueles que de um modo ou de outro tem responsabilidade pelo seu funcionamento, como as escolas. Por inúmeras razões, as salas de leitura brasileira estão ainda longe de cumprir sua importantíssima função no sistema educacional. Poucas instituições dispõem dos recursos e da visão necessários (duas condições que nem sempre andam juntas) para manter uma sala de leitura digna desse nome. E raro são os profissionais empenhados em prestar serviços que realmente dêem suporte ao aprendizado e à vida cultural da escola.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a sala de leitura é um importante espaço dinamizador dentro da escola. No entanto, para alcançar os objetivos desse papel dinâmico que ela assume, é importante que a escola tenha uma sala de leitura atuante e participativa, que apóie e promova atividades pedagógicas. Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's propõem e reconhecem que a biblioteca seja um espaço apto e propício a influenciar e estimular o gosto pela leitura. O referido documento ainda enfatiza que a escola tem como papel fundamental, estimular a vontade e o desejo de se freqüentar esse espaço, contribuindo, dessa forma, para desenvolver o apreço pelo ato de ler.

A pesquisa permitiu identificar algumas escolas que desenvolvem projetos em sala de leitura e revelou os benefícios que as atividades promovem em todo contexto escolar.

No que diz respeito às atividades de leitura e expressão verbal, a escola se apresenta como espaço privilegiado, uma vez que atende a duas funções, a partir de dois ambientes básicos: o de estudos programados, aqueles realizados em sala de aula, nas pesquisas em bibliotecas, entre outros e o de atividades livres, realizadas em sala de leitura, recanto de invenções, oficinas, laboratórios, entre outros.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (2001), em seu volume 2, apresenta como objetivo principal do trabalho com leitura, a formação de leitores competentes e, conseqüentemente, a formação de escritores. No entanto, os PCN's reconhecem que a leitura na escola tem sido, fundamentalmente, um objeto de ensino. O documento recomenda que a leitura seja tratada como um objeto de aprendizagem, de maneira que faça sentido para o aluno. Isso fica evidenciado quando cita:

Se o objetivo é formar cidadãos capazes de compreender os diferentes textos com os quais se defrontam, é preciso organizar o trabalho educativo para que experimentem e aprendam isso na escola. [...]. Essa pode ser a única oportunidade de esses alunos interagirem significativamente com textos cuja finalidade não seja apenas a resolução de pequenos problemas do cotidiano (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, V. 2, 2002, p.55).

Diante disso, acreditamos que a sala de leitura desempenha papel relevante no processo-ensino aprendizagem, uma vez que promove o desenvolvimento de vários aspectos: social, afetivo, cognitivo e cultural. O acesso aos livros amplia o conhecimento de mundo dos alunos, desenvolve a oralidade, além de ampliar o vocabulário e a criatividade dos mesmos.

Embora tão marginalizada de nosso sistema educacional, a biblioteca escolar tem funções fundamentais a desempenhar e que podem ser agrupadas em duas categorias – a educativa e a cultural.

Na função educativa, ela representa um reforço à ação do aluno e do professor. Quanto ao primeiro, desenvolvendo habilidades de estudo independentes agindo como instrumento de auto-educação, motivando a uma busca do conhecimento, incrementando a leitura e ainda auxiliando na formação de hábitos e atitudes de manuseio, consulta e utilização do livro, da biblioteca e da informação. Quanto à atuação do educador e da instituição, a biblioteca complementa as informações básicas e oferece seus recursos e serviços à comunidade escolar de maneira a atender as necessidades do planejamento curricular.

Em sua função cultural, a biblioteca de uma escola torna-se complemento da educação formal, ao oferecer múltiplas possibilidades de leitura e, com isso, levar os alunos a ampliar seus conhecimentos e suas idéias acerca do mundo. Pode contribuir para a formação de uma atitude positiva, frente à leitura e, em cada medida, envolver a comunidade escolar.

Entretanto, cremos que é necessário o planejamento de atividades que desenvolvam esses aspectos, ou seja, o trabalho não pode ocorrer de maneira livre e solta. Deve ser dirigido, com objetivos preestabelecidos, além de contar com o apoio e orientação necessária. Não se trata de atribuir todo o trabalho apenas à professora que atua na sala de leitura, mas dividir responsabilidades. A análise de dados revela que as professoras que tiveram apoio da direção e/ou dos demais colegas de trabalho, desenvolveram atividades mais significativas, uma vez que estas envolveram toda a escola.

Os PCN's ainda reconhecem que a maioria das escolas não oferece bons materiais de leitura para os alunos e por isso não participam de práticas em que a leitura seja indispensável. O documento orienta que é indispensável que a escola ofereça materiais de qualidade, modelos de leitores proficientes e práticas de leitura eficazes.

Preocupado em assegurar o acesso ao livro e à leitura a todos os brasileiros e formar uma sociedade de cidadãos leitores, o Governo Federal lançou o Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL, que, segundo o Ministério da Educação, constituem um conjunto de projetos, programas, atividades e eventos na área do livro, leitura, literatura e bibliotecas em desenvolvimento no País, empreendidas pelo Estado (em âmbito federal, estadual e municipal), setor privado e terceiro setor. Trata-se do primeiro Plano que efetivamente incentiva o hábito da leitura, uma vez que surgiu como consequência direta da forte mobilização que se verificou em 2005 por ocasião das comemorações no Brasil do ano Ibero-Americano da Leitura, o Vivaleitura. Ainda de acordo com o Ministério da Educação, sua primeira edição, que compreende o triênio 2006/2008, já tem origem com duas centenas de ações, além de outras que serão incorporadas, à medida que forem viabilizadas e cadastradas ao Plano.

Para este ano, o Ministério da Educação, por meio da Resolução/CD/FNDE nº 002, de 09 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre o Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE, a partir dos propósitos da universalização e melhoria do Ensino Básico, procedendo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9394/96), a qual considera necessária a garantia de acesso à cultura e à informação aos alunos e professores das séries finais do Ensino Fundamental, estimulando a leitura como prática social. Além de considerar necessário o incentivo à dinamização das bibliotecas de escolas públicas brasileiras, estabelece uma ação de distribuição de obras de literatura por meio do Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE, para as escolas públicas.

De acordo com o Ministério da Educação, a definição do quantitativo de exemplares a ser adquirido é feita pelas próprias escolas, em parceria com as

secretarias estaduais e municipais de Educação. Os dados disponibilizados pelo censo escolar feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC) servem de parâmetro para todas as ações do FNDE, inclusive para o livro didático.

A referida Resolução ainda define que serão selecionadas 225 títulos de obras literárias para composição de três acervos diferentes, os quais serão compostos por 75 obras de diferentes níveis de dificuldade, de maneira que os alunos leitores tenham acesso a textos para serem lidos com autonomia e outros para serem lidos com a mediação do professor. Entre as obras distribuídas, vários gêneros literários serão contemplados, tais como: poesia, conto, crônica, romance, biografia, livros de histórias em quadrinhos, entre outros. O Ministério da Educação ainda informa que, além de adquirir e distribuir gratuitamente livros didáticos em quantidade suficiente para atender todos os alunos da rede pública do ensino fundamental, o PNLD ainda compra 3% (três por cento) de reserva técnica, para garantir o atendimento a escolas e alunos novos.

Silva (1993) alerta para o fato de que os professores devem ficar atentos a esses programas nacionais de distribuição gratuita de livros, para que não fuja de uma análise por parte de quem compete, ou seja, dos trabalhadores da educação. O autor revela que o incentivo à leitura vai muito além do que premiar as escolas *“com alguns caixotes de livros, vindos de não sei onde e não se sabe para que fim”* (p.20). Para que os resultados sejam efetivos e significativos, é necessário oferecer infra-estrutura adequada à escola, que engloba os funcionários, sala para biblioteca, bibliotecários, fichas de catalogação, entre outros.

A sala de leitura também desempenha papel importante no que se refere à socialização de informações. Kuhlthau (2002) afirma que a escola é um espaço para ampliar e aprofundar o contato com a diversidade de meios atualmente disponível, e também para reafirmar as habilidades a eles relacionadas. A autora defende que uma vez esses meios reunidos no espaço da biblioteca escolar, os recursos voltados para a informação irão se constituir num

rico manancial para favorecer o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e iniciativas necessárias para viver e conviver na sociedade da informação.

Portanto, a sala de leitura não deve ter por objetivo apenas criar ou formar críticos literários, mas sim o de despertar o interesse do público pela atividade de leitura crítica: se ler é agradável, pensar sobre a obra lida e procurar expressar as suas idéias sobre ela só aumenta esse prazer.

5.6. CAUSAS DE INATIVIDADE DAS SALAS DE LEITURA

De acordo com Libâneo (2003), no Brasil, existe apenas uma biblioteca para cada 40 mil habitantes, enquanto 25% dos municípios brasileiros não possuem biblioteca.

Nas escolas pesquisadas, nas quais as salas de leitura ficam a disposição dos professores regentes, observamos que todas estavam fechadas nos momentos das visitas que realizamos, ou seja, se não há ninguém efetivamente responsável pelo seu funcionamento e manutenção, ela passa então a ser ignorada.

Perrotti (2006) em entrevista à Revista Nova Escola, enfatiza que para garantir o funcionamento da biblioteca escolar, não é necessário que ela disponibilize alguém superespecializado, entretanto, é necessário que essa pessoa compreenda a função da escrita e da imagem, mediando relações entre a criança, a informação e o espaço. Por outro lado, este autor não deixa de valorizar o papel do técnico-especializado, o qual deve atuar junto aos educadores, a fim de processar as informações e criar nexos entre elas, como um ato educativo.

De acordo com Prado (2003), são muito poucas as salas de leituras disponíveis nas escolas do país. Das mais de 172 mil escolas de Ensino Fundamental, apenas 46 mil contam com biblioteca ou sala de leitura. De acordo com o autor, o quadro melhora no Ensino Médio, que apresenta 81% das instituições com instalações das bibliotecas em pleno funcionamento.

O autor ainda destaca o fato de que muitas crianças brasileiras nascem em lares com pouco material escrito. Um em cada quatro alunos de 4ª série, segundo o Saeb de 2001, não tem nenhum livro em casa. Por isso o autor destaca a importância da existência e funcionamento da sala de leitura.

Percebe-se que há uma preocupação excessiva em manter os professores em sala de aula, e por esse motivo deixam de dar a atenção necessária aos outros espaços da escola: sala de leitura e coordenação, por exemplo.

Acreditamos que é necessário atribuir um maior valor à sala de leitura, aos projetos que são desenvolvidos nela e a partir daí oferecer os subsídios necessários para seu funcionamento, de maneira que promova resultados satisfatórios e significativos.

É importante priorizar a formação de acervos de modo que as salas de leitura deixem de ser um elemento inexistente ou passivo no contexto da escola. Na verdade, ela deve se transformar em um ambiente rico em estimulação sociocultural para a leitura, e com significação para professores, alunos e comunidade.

Mesmo a sala de leitura assumindo um caráter interdisciplinar e lidando com diversas fontes de informação e conhecimento, percebe que são praticamente inexistentes nas escolas do Brasil. A escassez de suas atividades fica evidente, sobretudo pela esporádica existência do professor que atua exclusivamente nela, a fim de lhe conferir e lhe atestar um grau de maior aproximação com a comunidade escolar.

Por outro lado, Prado (2003) acredita que não importa se o acervo de uma escola é grande ou pequeno, pobre ou rico. Para o autor, qualquer estante de livros, somada a uma boa estratégia de leitura, é capaz de se transformar em uma sala de leitura – e das mais dinâmicas.

Silva (1993) denuncia que a maioria dos professores prefere recorrer a apostilas mimeografadas ou xerografadas, como fonte do conhecimento, uma vez

que a utilização da biblioteca como recurso é um caminho muito mais longo e demorado do que o texto curto e pronto-à-mão. De acordo com o autor:

Infelizmente, são poucos os professores que visitam as bibliotecas a fim de conhecer os seus recursos e tentar um trabalho integrado com os bibliotecários. Esse tipo de trabalho poderia ser um meio de se combater a ideologia da prensa superficializante e proporcionar aos alunos mais alternativas para a investigação de determinados assuntos (SILVA, 1993. p.9).

Nesse sentido, o autor também atribui a inatividade da sala de leitura aos professores, que preferem fazer uso de textos e/ou livros cujo acesso é mais rápido e fácil, do que priorizar uma pesquisa e/ou estudo mais extenso na biblioteca, bem como é mais simples planejar atividades restritas à sala de aula do que estabelecer exercícios que possam ser feitos no ambiente da sala de leitura. Portanto, a acomodação e a pressa são fatores que interferem negativamente no planejamento do professor, que deixa de contemplar atividades significativas, inclusive aquelas que podem ser realizadas nas salas de leitura.

Silva (1993) esclarece que o empobrecimento das possibilidades de leitura teve início ainda no período de ditadura e arbítrio, significando o empobrecimento do próprio ensino. O autor acredita que a redução do tempo dos professores para dedicação ao estudo e à leitura, a falta de recursos financeiros para a compra de livros, a ausência de manutenção de bibliotecas escolares e públicas, são estratégias para manter o povo ignorante e dominado. Isso fica claro quando o autor afirma:

...eles devem ser tomados e entendidos como mecanismos muito bem calculados pelo regime opressor com o intuito de manter o povo na ignorância, de impedir a democratização do saber. Oprimindo os professores e empobrecendo ao máximo as condições de ensino qualitativo, o poder dominante estava, em essência, reproduzindo as estruturas sociais injustas e, dessa forma, dificultando a circulação democrática do conhecimento junto às crianças (SILVA, 1993, p.17).

O autor talvez esteja justificando a falta de investimento no funcionamento e manutenção da sala de leitura, ou seja, não é interesse do Estado formar pessoas críticas e conscientes de seus direitos e deveres, uma vez que se tornariam aptos e habilitados para cobrá-los. Entretanto, parece que ele está se referindo ao período da ditadura militar, do qual ainda guardamos traços culturais.

Freire (1984) também se atentou para o fato de que a prática da leitura acelera o processo de libertação de cada pessoa e de cada povo, uma vez que também significa a leitura da realidade em que o indivíduo vive. Nesse sentido, Freire destaca que um povo que não lê está impedido de participar dos processos históricos e políticos de um país.

Nesse sentido, a valorização e o acesso às informações disponíveis em salas de leitura e bibliotecas, contribuem para o processo de ação democrática, que só se concretiza por inteiro quando o povo tem acesso à informação. Então o ato de ler passa a ser um hábito automatizado e valorativo, contribuindo para a busca de melhores condições de vida e de conquistas imprescindíveis a um cidadão participativo na sociedade, fator que não é de interesse daqueles que fazem parte da classe que domina.

Outro fator que contribui para que as salas de leitura continuem desativadas é o fato de que as mesmas não dispõem dos recursos básicos necessários para seu pleno funcionamento, ou seja, a maioria das salas de leitura não oferece os recursos informacionais adequados e métodos para que se exercitem e desenvolvam as mais diferentes funções da leitura.

Em contrapartida, de acordo com dados do Ministério da Educação, entre 1994 e 2005, o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD adquiriu, para utilização nos anos letivos de 1995 a 2006, um total de 1,077 bilhão de unidades de livros, distribuídos para uma média anual de 30,8 milhões de alunos, matriculados em cerca de 163,7 mil escolas. Nesse período, o PNLD investiu R\$ 3,42 bilhões. De acordo com o PNLD/2006, serão atendidas mais de 764 mil salas de aula de quase 147,7 mil escolas públicas do Ensino Fundamental, beneficiando mais de 29,8 milhões de alunos. Para isso, o FNDE adquiriu cerca de 519 mil acervos, cada um com 9 dicionários, que serão utilizados coletivamente pelos alunos de 1ª a 4ª série em sala de aula e 247.294 acervos de 7 exemplares para as salas de aula de alunos de 5ª a 8ª série. Esses dados revelam que as escolas dispõem de acervo necessário para garantir o funcionamento das salas de leitura e/ou bibliotecas escolares, entretanto, não apresentam a infra-estrutura necessária para sua realização.

O professor Perrotti (2006) acredita que para garantir o sucesso e qualidade do funcionamento das bibliotecas escolares, é necessário que o responsável por ela atue como articulador de programas com outras bibliotecas, estabelecer contato com as livrarias mais próximas, além de estar atento sobre a programação cultural da cidade. Ele afirma que a biblioteca precisa assumir outra finalidade que não seja restrita apenas a de um depósito onde se retiram livros que depois são devolvidos.

Entretanto, nossa pesquisa revela que há uma ausência de investimento financeiro e humano no que se refere ao funcionamento das bibliotecas escolares. Também não é de interesse das livrarias e editoras distribuir exemplares para divulgação entre as escolas públicas, uma vez que os livros são distribuídos gratuitamente para os alunos, por meio do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD. Cabe ao professor fazer seu próprio investimento, além de estabelecer planejamentos que contemplem o material que a escola dispõe, assumindo ele mesmo o papel de educador e bibliotecário.

Para finalizar, acreditamos no perfil de biblioteca escolar ideal que Perrotti (2006, p.25-26) descreve:

É aquela que possui todo tipo de recurso informacional, do papel ao equipamento eletrônico. O espaço é construído especialmente para sua finalidade e de acordo com quem vai usar. Se o público majoritário é infantil, a disposição dos móveis e do acervo deve permitir que a criança se mova com autonomia. É preciso ser um local acolhedor, mas que empurre rumo à aventura, porque conhecer é sempre se deslocar.

Nessa linha da expectativa, isto é, falando da biblioteca desejada, Perrotti (2006, p.24) concorda com o importante papel que o uso das salas de leitura assumem em toda formação do indivíduo, inclusive social, quando afirma, sobre a biblioteca escolar, que:

Ela não pode restringir-se a um papel meramente didático-pedagógico, ou seja, o de dar apoio para o programa dos professores. Há um eixo educativo que a biblioteca tem de seguir, mas sua configuração deve extrapolar esse limite, porque o eixo cultural é igualmente essencial. [...]. A biblioteca funciona como uma ponte entre o ambiente escolar e o mundo externo.

Nesse sentido, diante do perfil de biblioteca escolar ideal descrito acima, percebemos porque estamos tão distante de um trabalho que apresente resultados efetivamente significativos, além de justificar porque ainda muitas escolas apresentam suas salas de leitura fechadas, ou seja, estão muito aquém do mínimo necessário.

6. PROPOSTAS DE DINAMIZAÇÃO DE SALA DE LEITURA

A análise de dados sugere três projetos que podem ser desenvolvidos em qualquer escola que possua sala de leitura, no entanto, outras iniciativas podem ser tomadas no sentido de aproveitar esse espaço, bem como todo material que é disponibilizado nele.

Reconhecemos que é uma tarefa difícil, principalmente se a escola não dispõe de uma pessoa que tenha disposição e tempo para organizar o espaço, mas não se trata de algo impossível. O professor, seja ele responsável ou não pela sala de leitura, pode aproveitar os próprios alunos para realizar um trabalho de organização do espaço da sala de leitura, orientando-os como classificar os livros (por série, disciplina, autor, etc) e catalogá-los. Esse trabalho contribuirá muito para estimular o senso de responsabilidade no aluno, uma vez que ele participará de toda construção do espaço e por esse motivo certamente apresentará mais interesse e zelo, multiplicando esses sentimentos entre os colegas.

Várias sugestões simples colaboram na dinamização das salas de leitura, reforçando seu papel entre os educandos. Entre elas podemos destacar:

- É importante deixar os livros ao alcance da mão das crianças que freqüentam o ambiente, uma vez que facilita a visualização da capa, fator determinante na escolha do livro, principalmente por aqueles que ainda não lêem bem, como as crianças da Educação Infantil.
- Fazer novas aquisições e constantemente atualizar o acervo, mesmo que repondo ou recuperando volumes doados que estejam danificados. Nossa experiência denuncia que nas escolas não há prioridade na compra de livros paradidáticos ou não, no que se refere às verbas recebidas.
- Uma vez por semana selecionar um professor para que seja um contador de história. Isso faz com que as responsabilidades sejam distribuídas entre todos os educadores da escola.

- Facilitar e estimular o empréstimo de livros, a fim de ampliar o gosto pela leitura.
- Oferecer um bom espaço físico, criando um ambiente acolhedor é muito importante, no sentido de que a criança fica mais a vontade e confortável para realizar suas leituras. A iluminação também deve receber atenção especial.
- Estimular a procura de livros pelos próprios alunos, dando-lhes autonomia de escolha e auxiliando-os quando necessário.
- O ambiente fica mais rico se a sala de leitura disponibilizar produções realizadas pelos próprios alunos da escola. Vários projetos e/ou atividades incentivam a produção de textos e livros por parte dos alunos. Essas obras também devem ser expostas, a fim de estimular ainda mais a produção e criatividade deles.
- Permitir o acesso dos pais e da comunidade local à biblioteca escolar, permitindo o uso do acervo para leituras diversas, busca de informações e/ou pesquisas.
- Promover concursos literários a partir de diversos gêneros: poesias, contos, piadas, entre outros.
- Premiar, ao final do ano letivo, os leitores mais atuantes, conforme controle previamente realizado pela escola.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ler é uma das competências mais importantes a serem trabalhadas com o aluno, principalmente após recentes pesquisas que apontam ser esta uma das principais deficiências do estudante brasileiro. Não basta identificar as palavras, mas fazê-las ter sentido, compreender, interpretar, relacionar e reter o que for mais relevante.

Os objetivos desta pesquisa centram-se na busca de reflexão acerca da sala de leitura no contexto escolar, analisando sua importância como instrumento indispensável no processo ensino-aprendizagem, buscando a legislação vigente, além de identificar causas que contribuem para sua inatividade. Para isso foi necessário primeiramente, elaborar uma análise crítica e reflexiva da trajetória da biblioteca escolar frente às políticas educacionais dos últimos tempo, além de realizar uma pesquisa de campo junto a algumas escolas públicas do Distrito Federal a fim de conhecer o funcionamento das salas de leitura, bem como investigar as causas e conseqüências de sua possível inatividade.

A presente pesquisa analisou a evolução conceitual e a importância da sala de leitura como um espaço que oferece a informação, trabalhando e incentivando o hábito de leitura. Numa perspectiva política, cultural e social. Também fizemos uma reflexão sobre os objetivos da sala de leitura, como um agente transformador de opinião dentro de uma sociedade.

A pesquisa revelou que as salas de leitura são fundamentais para a democratização da leitura e a escola, por sua vez, deve assumir a função de formar leitores competentes, embora não seja papel exclusivo dela. Com efeito, é importante atestar a insatisfação com a estrutura das bibliotecas e salas de leitura que as escolas apresentam, sobretudo com a sua escassez e, por conseguinte, com a falta de um professor atuante em seu espaço, para torná-la instrumento fundamental para as comunidades escolares.

É importante que toda a comunidade escolar se atente para a importância que a sala de leitura desempenha no processo de ensino-

aprendizagem, privilegiando o investimento financeiro, tanto no que diz respeito aos aspectos físicos, como humanos nesse ambiente que facilita e estimula o hábito da leitura, tão importante para formar cidadãos críticos e livres, conforme afirmou Freire (1984) no decorrer do trabalho.

A sala de leitura deve ser um ponto de convergência de toda a comunidade escolar e até mesmo da comunidade local. Nesse sentido, é importante uma mobilização coletiva, que vai dos órgãos governamentais competentes, até atingir os próprios alunos, e vice-versa, com a finalidade de criar, aprimorar e/ou enriquecer os espaços e recursos que a escola dispõe, tentando aproveitá-los da melhor maneira possível, e aqui entra o da biblioteca ou sala de leitura, buscando garantir uma melhor qualidade do ensino. Não se trata de atribuir a culpa apenas a algum órgão e/ou segmento, mas sim de dividir as responsabilidades quanto ao desenvolvimento e ampliação das salas de leitura.

Esperamos que essa pesquisa possa se desdobrar em projetos a serem desenvolvidos nas escolas em que atuamos, bem como naquelas que desejam uma sala de leitura dinâmica e cativante. Esperamos ainda que este trabalho seja um norteador para projetos de pesquisa nos possíveis e pretendidos cursos de especialização.

REFERÊNCIAS

BAMBERGER, Richard. **Como incentivar o hábito de leitura**. 7. ed. Ática, São Paulo. 2000.

BLATTMAM, Ursula. **Atividades de incentivo à leitura em bibliotecas escolares: Biblioteca da Escola Desdobrada Jacinto Cardoso**. Forianópolis, 1996 (Relatório do projeto de extensão – Departamento de Biblioteconomia e Documentação da UFSC).

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Língua Portuguesa. 3.ed. Brasília: A Secretaria, 2001.

_____. Ministério da Educação. **Resolução/CD/FNDE Nº002, de 09 de Fevereiro de 2006**. Dispõe sobre o Programa Nacional da Biblioteca da Escola. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br>>. Acesso em 16 jun. 2006.

CARVALHO, Carmem Pinheiro de. **A Biblioteca e os estudantes**. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 196 – 211, set. 1972.

CERDEIRA, Theodolino. **A biblioteca escolar no planejamento educacional**. Revista de Biblioteconomia de Brasília, Brasília, v. , p. 35 – 43, jan./ jun. 1977.

DOUGLAS, Mary Peacock. **A biblioteca da Escola Primária e suas Funções**. Rio de Janeiro: INL, 1971.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação do Distrito Federal. Direção de Apoio Pedagógico. **Núcleo de Bibliotecas**. Rede Integradora de Bibliotecas. Brasília: SEDF, 1978.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1984.

KLEIMAN, Ângela. Org. **Os Significados do Letramento: Uma Perspectiva sobre a Prática Social da Escrita**. E. Mercado das letras. Campinas. SP. 1989.

KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Frayzi. **História do Brasil**. São Paulo: Atual, 1987.

KUHLTHAU, Carol. **Como Usar a biblioteca na Escola**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

MAYRINK, Paulo Tarcísio. Diretrizes para a formação de coleções de bibliotecas escolares. In: **Congresso Brasileiro de biblioteconomia e documentação**, 16., 1991, Salvador. Anais... Salvador: Associação Profissional dos bibliotecários do estado da Bahia, 1991.v.2, v.1, p. 304 – 314.

MILANESI, Luiz. **Ordenar para Desordenar: centros de cultura e bibliotecas públicas**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

NOGUEIRA, Maria Christina de Almeida. **Considerações sobre o usuário da biblioteca escolar**. Boletim ABDF Nova Série, Brasília, v. 9, n. 2, p. 147 – 150, abr./jun. 1986.

OLIVEIRA, Alaíde Lisboa de. **Escola e biblioteca**. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, v. 1 n. 2, p. 184 – 195, set. 1972.

PEREIRA, Ana Maria Gonçalves dos Santos et al. Reestruturação e/ ou implementação das bibliotecas escolares do Estado da Paraíba da rede pública de ensino de 1º e 2º graus. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO**, 16., 1991, Salvador: Associação Profissional dos Bibliotecários do Estado da Bahia. 1991. p. 362 – 379.

PERROTI, Edmir. **Biblioteca não é depósito de livros**. Entrevista concedida à Revista Nova Escola, São Paulo, a.XXI, n. 193 jun/jul 2006, p.24-26.

PIMENTEL, Cléia Dubeux Pinto. **Programa de criação e instalação de bibliotecas escolares na rede de ensino oficial**. Revista de Brasília, v. 5, n. 2, p. 693 – 705, jul. / dez. 1977.

POLKE, Ana Maria Athayde. **A biblioteca escolar e o seu papel na informação de hábitos de leitura**. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 60 – 72, mar. 1973.

PRADO, Jason; CONDINI, Paulo (org.). **A formação do leitor: pontos de vista**. Rio de Janeiro: Argus, 1999.

PRADO, Ricardo. Biblioteca, tesouro a explorar. **Revista Nova Escola**, São Paulo, a. XVIII, n.162, p.55-59, mai. 2003.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIBEIRO, Maria Solange Pereira. **Desenvolvimento de coleção na biblioteca escolar: uma contribuição à formação crítica sócio-cultural do educando**. Transinformação, Campinas, v.6, n.1/3, jan. / dez. 1994.

SANCHES, Neto, Miguel. **Desordenar uma biblioteca comércio & indústria da leitura na escola**. Revista Literária Blau, Porto Alegre, v. 4, n. 20, p. 20 – 24, mar. 1998.

SANTOS, M. S. Multimeios na biblioteca escolar. In: GARCIA, Edson Gabriel (coord.). **Biblioteca Escolar: estrutura e funcionamento**. São Paulo: Loyola, 1989. p. 97 – 108.

SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE BIBLIOTECAS ESCOLARES, 1., 1982, Brasília. Anais... Brasília: Fundação Nacional pró-memória/ INL, 1982.

SNYDERS, Rezzi. **Atividades lúdicas na educação da criança**. 7ed. São Paulo: Ática. 2001.

TARAPANOFF, Kira. **Biblioteca escolar: os problemas de forma, função e significado**. Boletim ABDF Nova Série, Brasília, v. 5, n. 1, p. 36 – 41, jan. / mar. 1982.

VÁLIO, Else Beneti Marques. **Biblioteca escolar: uma visão histórica**. Transformação, Campinas, v. 2, n. p. 15 – 24, jan. / abr. 1990.
www.ced.ufsc.br/~ursula/papers/leitura.html.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO ABERTO

Cara professora,

Solicitamos sua colaboração respondendo a todo questionário. Informamos que os dados obtidos serão de grande importância para o nosso projeto de pesquisa, tendo em vista o TCC do curso de Pedagogia do UniCEUB. Agradecemos sua participação e informamos que você não será identificada. Portando, sinta-se à vontade para responder e expressar suas opiniões.

Sexo: Feminino Masculino

Idade: – de 25anos Entre 25 a 30 anos
 Entre 30 a 35anos Entre 35 a 40 anos
 mais de 40

Formação: média Superior Especialização

Curso: _____

Motivo pela qual atua na Biblioteca:

1. É de nosso conhecimento que você planejou e executou um projeto voltado para sala de leitura ou afim. Pode nos relatar precisamente de que se trata seu projeto?

OBJETIVOS:.....

AÇÕES PREVISTAS:.....

.....
.....
FORMA(S) DE DESENVOLVIMENTO.....
.....
.....
.....

2. Houve envolvimento de outras pessoas que não você ou os alunos? De quem?
E de que maneira essas pessoas participaram e/ou contribuíram na execução do seu projeto?

.....
.....
.....
.....
.....

3. Como você classifica o envolvimento e participação dos alunos?

- () Participam com entusiasmo
- (.) Necessitam de estímulo para participarem
- (.) Não participam

4. Quais foram as principais dificuldades enfrentadas para por em prática seu projeto?

.....
.....
.....
.....
.....

5. como você avalia hoje os resultados do projeto?

.....
.....
.....
.....

7. Quando, já em execução algum outro professor se interessou em desenvolver o mesmo projeto? Se sim, ele o fez?

.....
.....
.....
.....
.....
.....

8. Que orientação você daria para outros professores que gostariam de efetivar um projeto também voltado par o mesmo tema que o seu?

.....
.....
.....
.....
.....
.....